FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM CONTABILIDADE ECONOMIA E FINANÇAS - FUCAPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALIOMAR LINO MATTOS

CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR

VITÓRIA
2007

ALIOMAR LINO MATTOS

CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível profissionalizante.

Orientador: Profº. Dr. Annor da Silva Junior

VITÓRIA

2007

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, à minha esposa Aparecida e aos meus filhos Thiago, Braz e Aliomar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela graça e benção de ter me concedido a vitória de, aos 40 anos de idade, ingressar no Magistério.

Agradeço imensamente à minha esposa e filhos, por compreenderem que os momentos de privações e aborrecimentos que lhes causei foram na busca de melhores dias para todos.

Agradeço de coração ao meu amigo Fernando Dalmonech, sua esposa e filhos, pela compreensão da minha presença constante em busca de apoio.

Aos professores da Estácio de Sá, em especial à professora Priscilla Martins e professor Vivaldo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Annor da Silva Junior, pelo apoio prestado durante minha trajetória.

Não poderia deixar de agradecer também ao Professor Valcemiro Nossa, pela importante contribuição na concretização do presente trabalho.

À colaboração irrestrita do presidente do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo, dos seus diretores, especialmente a secretária da diretoria, senhorita Gracielli.

Especialmente à diretoria, colegas, supervisores e gerentes de vendas das Refinações de Milho Brasil Ltda., com os quais muito aprendi.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar, a partir da percepção de profissionais de administração inscritos no Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA/ES) e de profissionais da área de gestão de pessoas com atuação em consultorias especializadas e empresas de grande porte, qual a contribuição do ensino da disciplina Contabilidade Introdutória para o exercício profissional do administrador, abrangendo, nesta investigação, apenas o setor privado. Assim, para a realização da pesquisa, foram articuladas duas abordagens metodológicas: a pesquisa *survey,* de natureza quantitativo-descritiva, por meio da aplicação de questionário com perguntas semi-estruturadas junto aos administradores inscritos no CRA/ES, bem como a pesquisa qualitativa, direcionada aos profissionais de gestão de pessoas, via a articulação de entrevistas. Neste sentido, as informações coletadas junto a 419 administradores e a 5 especialistas em gestão de pessoas, foram analisadas quantitativamente, por meio da estatística descritiva e, qualitativamente, quando da transcrição das entrevistas, consideradas no contexto apontado pelos entrevistados. Após avaliados e discutidos os dados coletados, pode se perceber que a grande maioria dos administradores considera os ensinamentos contábeis fundamentais para o exercício profissional da administração, principalmente no auxílio à tomada de decisões gerenciais em assuntos que envolvem a análise de receitas, despesas e resultados, análise das demonstrações contábeis e financeiras e análise da demonstração de resultado do exercício. Concomitantemente, os especialistas em gestão de pessoas corroboram a importância desses ensinamentos para a atuação profissional do administrador, enfatizando que, além de conhecimentos relativos à disciplina e outros conhecimentos técnicos, é necessário que o administrador desenvolva habilidades de comunicação, multifuncionalidade, flexibilidade, trabalho em equipe, entre outras competências fundamentais à área comportamental. Diante do exposto, este estudo ratifica as necessidades urgentes de adaptação dos cursos de graduação em administração, no que diz respeito à disciplina Contabilidade Introdutória, visto que esta é fundamental no exercício profissional de qualquer administrador, tendo em vista que as tomadas de decisões nunca acontecem isoladamente, ou seja, estão vinculadas a um sistema de informações contábeis, financeiras, norteadoras para o bom desempenho de qualquer decisão consistente e eficiente de um bom administrador.

Palavras-chave: Contabilidade introdutória. Administrador. Percepção dos administradores. Contabilidade de custos.

ABSTRACT

*The present study it had as objective to identify, from the perception of enrolled professionals of administration in the Regional Advice of Administration of the Espirito Santo (CRA/ES) and of professionals of the area of management of people with performance in specialized consultorias and companies of great transport, which the contribution of the education of disciplines Introductory Accounting for the professional exercise of the administrator, enclosing, in this inquiry, only the private sector. Thus, for the accomplishment of the research, two methodologies boardings had been articulated: the research survey, of quantitative-descriptive nature, by means of the application of questionnaire with questions half-structuralized together to the enrolled administrators in the CRA/ES, as well as the qualitative research, directed to the professionals of management of people them, saw the joint of interviews. In this direction, the collected information together the 419 administrators and the 5 specialists in management of people, had been analyzed quantitatively, by means of descriptive statistics e, qualitatively, when of the transcription of the interviews, considered in the context pointed for the interviewed ones. After evaluated and argued the collected data, it can be perceived that the great majority of the administrators considers the basic countable teachings for the professional exercise of the administration, mainly in the aid to the taking of management decisions in subjects that involve the prescription analysis, expenditures and results, analysis of the countable and financial demonstrations and analysis of the demonstration of year-end results. Concomitantly, the specialists in management of people corroborate the importance of these teachings for the professional performance of the administrator, emphasizing that, beyond relative knowledge to she disciplines and other knowledge technician, is necessary that the administrator develops communication abilities, multifunctionality, flexibility, work in team, among others basic abilities to the mannering area. Ahead of the displayed one, this study he ratifies the urgent necessities of adaptation of the courses of graduation in administration, in whom he says respect to disciplines Introductory Accounting, since this is basic in the professional exercise of any administrator, in view of whom the taking of decisions never happens separately, or either, are tied with a system of countable, financial, information for the good performance of any consistent and efficient decision of a good administrator***.***

Keyword: *Introductory accounting. Administrator.* perception of the administrators *Costs of Accounting*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da amostra por IES onde foi concluído o curso de Administração (por Estados) 44

Quadro 2 – Síntese do perfil dos administradores atuantes no Espírito Santo 52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Naturalidade dos entrevistados 37

Tabela 2 – Sexo dos entrevistados 39

Tabela 3 – Faixa etária 40

Tabela 4 – Estado civil 41

Tabela 5 – Períodos de conclusão do curso de Administração 46

Tabela 6 – Cursos de pós-graduação realizados 47

Tabela 7 – Área de atuação dos entrevistados 50

Tabela 8 – Ramo de atuação como Administrador 50

Tabela 9 – Níveis de concordância e discordância com aspectos relacionados ao ensino da contabilidade no curso de administração 54

Tabela 10 – Avaliação dos conteúdos da contabilidade ministrados no curso de administração 59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Naturalidade dos entrevistados 37

Figura 2 – Sexo dos entrevistados 39

Figura 3 – Distribuição percentual da amostra pela faixa etária 41

Figura 4 – Distribuição percentual da amostra por estado civil 42

Figura 5 – Estados predominantes em que os entrevistados concluíram o curso de Administração 45

Figura 6 – Conclusão do curso de Administração (em décadas) 46

Figura 7 – Pós-graduação dos entrevistados 47

Figura 8 – Ramo de atuação da administração 51

LISTA DE SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES/CNE	Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação
CFA	Conselho Federal de Administração
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CRA	Conselho Regional de Administração
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do resultado do Exercício
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
EUA	Estados Unidos da América
FEA-USP	Faculdade de Economia Administração São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IES	Instituição de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
PFC	Princípios Fundamentais de Contabilidade
RMB	Refinações de Milho Brasil Ltda.
S/A	Sociedade Anônima
SINEPE	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID	Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

1.1 JUSTIFICATIVA 15

1.2 PROBLEMA 17

1.3 OBJETIVOS 18

1.3.1 Geral 18

1.3.2 Específicos 18

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO 19

2 A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR NO BRASIL 20

2.1 PERFIL DESEJADO DO ADMINISTRADOR 25

2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR 25

3 A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE PARA A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DO ADMINISTRADOR 27

4 MÉTODO 32

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 32

4.2 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS 34

4.3 ANÁLISE DOS DADOS 35

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS 36

5.1 QUESTIONÁRIOS 36

5.1.1 Perfil do administrador do Espírito Santo (Bloco I) 36

5.1.1.1 Naturalidade dos entrevistados 36

5.1.1.2 Sexo dos entrevistados 38

5.1.1.3 Faixa etária 40

5.1.1.4 Estado civil 41

5.1.1.5 Instituição de educação superior onde concluiu o curso de graduação em administração, estado e ano de conclusão 42

5.1.1.6 Cursos de pós-graduação realizados 47

5.1.1.7 Área de atuação dos administradores 48

5.1.2 Relação entre o ensino da contabilidade introdutória e a profissão de administrador (Bloco II do questionário) 53

5.1.3 Avaliação dos conteúdos de contabilidade ministrados no curso de administração 57
5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS 61
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES 65
7 REFERÊNCIAS 71
APÊNDICES 81

1 INTRODUÇÃO

A abertura da economia brasileira, na década de 90, gerou grandes transformações no seu cenário macro-econômico, as quais afetaram praticamente todos os setores sociais, políticos e econômicos, levando as empresas estatais, multinacionais e até mesmo as nacionais ao enfrentamento de forte concorrência internacional, a qual se intensificou ainda mais a cada ano.

Esse contexto macro-econômico de competição acirrada levou as empresas a uma revisão nos seus posicionamentos estratégicos e a uma conseqüente busca de mão-de-obra qualificada para enfrentar a nova realidade econômica.

A privatização das estatais e a evolução tecnológica das multinacionais tornaram o mercado nacional e internacional mais competitivo, enquanto as empresas familiares, em virtude da falta de recursos tecnológicos e econômicos, começaram a enfrentar sérias dificuldades.

A mudança desse quadro começou a se reverter a partir da atuação das Instituições de Educação Superior brasileiras, que assumiram importante papel social e educacional, no sentido de preparar profissionais com capacidade de atuação nas áreas técnicas e gerenciais das empresas, o que marcou efetivamente a expansão da educação superior no Brasil, principalmente no segmento privado, uma vez que a demanda das empresas, no sentido de contar com profissionais dotados de melhor nível de formação, capacitação e qualificação, abriu oportunidade para o incremento de Instituições de Ensino Superior particulares com capacidade para suprir o mercado cada vez mais exigente e competitivo, haja vista que as instituições públicas já não reuniam mais condições de atender à crescente demanda.

A evolução da educação no Brasil foi bastante significativa após os anos 90, notadamente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em que houve aumento do número de estudantes no nível médio, gerando maior procura pela educação superior. A conseqüência foi que as Instituições de Ensino Superior públicas não estavam mais conseguindo suplantar a demanda, vindo o *déficit* a ser superado somente a partir do surgimento de novas IES privadas, que em 2005 correspondiam a 1.934, enquanto as públicas eram apenas 231, em todo o Brasil.

Entre os anos de 1999 e 2005, os números de IES, no Brasil, praticamente duplicaram, saltando de 1.097 mil para 2.165 mil estabelecimentos. Outro grande salto registrado, no país, refere-se ao número de cursos de graduação que, em apenas cinco anos, praticamente triplicaram, saltando de pouco mais de 8,8 mil para 20,4 mil. Desse total de cursos oferecidos, a grande maioria é nas Universidades (10,4 mil), correspondendo a mais de 56% do total (INEP/MEC, 1980, 1996, 2005).

No mesmo período (1999 a 2005), o número de estudantes matriculados nas IES brasileiras evoluiu de seus quase 2,4 milhões para praticamente 4,5 milhões, significando aumento de 90%. O que chama a atenção é que o acréscimo de praticamente 276 mil estudantes ao sistema de educação superior no ano de 2005 representa um crescimento global de 7,1% em relação ao ano anterior, um dos menores índices desde 1999 (INEP/MEC, 1999, 2005).

Dentre as matrículas registradas nos estabelecimentos de educação superior, no país, em 2004, o maior percentual se deu nos cursos de Administração (14,9%), seguido pelos cursos de Direito (12,8%) e Pedagogia (9,3%).

Há que se considerar que os números registrados pelas pesquisas do Ministério da Educação dão conta de que somente no ano de 2001, entre os mais de 3 mi-

lhões de matriculados nas Instituições de Educação Superior federais, estaduais e privadas do Brasil, pouco mais de 350 mil concluíram o curso escolhido (MEC/INEP, 2001). Dentre os fatores que podem estar relacionados com essa problemática, estão a falta de vagas nas IES públicas e o custo elevado das instituições privadas.

A evolução, tanto no número de IES, bem como no de estudantes matriculados em cursos superiores, no país, deixa clara que, após o advento da nova Lei de Diretrizes Básicas (LDB), houve flexibilização na política educacional para criação de novas instituições e cursos superiores, seguindo orientações do Banco Mundial e da UNESCO, com vocação para a expansão das instituições de ensino privadas em detrimento do encolhimento daquelas do setor público (CATANI; OLIVEIRA, 2002).

Dentre os cursos superiores, no Brasil, o de administração destacou-se como sendo aquele que apresentou maior crescimento, considerando que em 1995 eram 478 e em 2005 já estavam autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) 2.484 cursos, significando um aumento de mais de 2 mil cursos no decorrer de 11 anos. Em média, foram autorizados, aproximadamente, 182 cursos de administração por ano no país, superando os cursos de engenharia, medicina e direito (os cursos de graduação mais antigos do país), que eram em número de 1.510, 149 e 861, respectivamente.

Diante dessas constatações, é natural que se questione o que justifica esse crescimento. Em parte, dois são os principais fatores que podem concorrer para isso: o baixo custo e a ausência de burocratização na abertura de curso de administração e o fato da sociedade moderna e industrializada ser caracterizada como uma “sociedade de organizações”, em que dela o homem se torna dependente para nascer, viver e morrer (PRESTHUS, 1965).

Um outro aspecto que tem levado o homem moderno a se interessar pelas organizações é o fato de que elas se tornaram um sistema social que congrega e utiliza, de forma independente, fatores de produção como os elementos da natureza, o trabalho e o capital (ETZIONI, 1967).

Na visão de Etzioni (1967), a organização torna-se um poderoso instrumento social de coordenação de um grande número de ações humanas, combinando pessoal e recursos, reunindo líderes, especialistas, operários, máquinas, equipamentos e matérias-primas, visando a alcançar um objetivo específico, que continuamente é avaliado e ajustado para se adequar ao ambiente – “sociedade de organizações”.

Essa complexidade ambiental e organizacional, em parte, faz com que o homem moderno busque formação acadêmica e profissional em cursos de administração, que lhe permita compreender melhor a dinâmica e o funcionamento das organizações e do ambiente como um todo.

1.1 JUSTIFICATIVA

A Administração é uma profissão com um leque amplo de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Devidamente regulamentada, exige formação superior com qualificação obtida em cursos de graduação autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação, observadas as Diretrizes Curriculares próprias. O curso deve ensejar condições para que o bacharel seja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e seu gerenciamento no conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no

trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação.

As Instituições de Educação Superior (IES) elaboram seus currículos objetivando formar profissionais que desenvolvam competências, conhecimentos e capacidade gerencial para atuação no mercado de trabalho. Com a modificação na Lei de Diretrizes Básicas (Lei nº. 9.394/96), que resultou no fim do Currículo Mínimo Obrigatório, coube às Instituições de Educação superior informar no projeto pedagógico de seu curso, além do perfil, que habilidades e competências devem ter os profissionais que irão formar (SILVA, 2004). É perceptível certa pressão da lei, no sentido de ensejar maior interação entre universidades e empresas, considerando que a Educação Superior é responsável pela formação de mão-de-obra especializada para as empresas (LUCKESI, 1994).

Discutir a formação acadêmica do Administrador é pensar sobre quais conhecimentos, habilidades, valores e atitudes os alunos do curso de graduação em Administração devem adquirir, com o propósito de se tornarem preparados e aptos para o enfrentamento das exigências do mercado de trabalho, entre outros fatores correlacionados (ARAUJO; LACERDA, 2003).

A Administração é uma ciência com multidisciplinares. Para desenvolver suas funções, torna necessário ao profissional da área conhecimentos de disciplinas que o auxiliarão na consolidação de suas habilidades e competências, entre as quais se encontram a Contabilidade, o Direito, a Administração e a Economia, entre outras, todas auxiliares do processo decisório.

É presumível que quanto mais os administradores souberem sobre contabilidade, mais capacitados estarão para tomar decisões de planejamento e controle dentro de uma organização. Caso contrário, estarão em desvantagem se sua com-

preensão de contabilidade for insuficiente ou mesmo confusa. Ademais, há de se ter presente que o desempenho e as recompensas dos Administradores podem depender das medições contábeis (SALAZAR; BENEDICTO, 2004).

Mesmo possuindo em seu quadro administrativo profissionais de contabilidade, é fundamental para o processo decisório das organizações que o administrador tenha noções básicas da contabilidade, sendo, portanto, relevante verificar como tem sido ministrado o conteúdo da disciplina Contabilidade Introdutória no curso de Administração e, se este tem sido compatível com as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho.

A estrutura de ensino e a formação profissional nacional são geralmente precárias, não tendo condições de acompanhar as exigências de mudanças ocorridas no mercado de trabalho. Isto se considerados o distanciamento entre o conteúdo das disciplinas constante nos currículos e a velocidade das transformações nos vários campos do conhecimento científico e tecnológico, característica da atualidade (WOOD JR., 2000).

Diante disso, a presente pesquisa se justifica por investigar se o ensino da disciplina Contabilidade Introdutória, nos cursos de graduação em administração do Espírito Santo, corresponde às necessidades dos profissionais quando da inserção no mercado de trabalho, em especial, neste estudo, no setor privado.

1.2 PROBLEMA

O problema da pesquisa está relacionado à percepção dos administradores quanto ao aprendizado da disciplina de Contabilidade Introdutória no curso de graduação e sua aplicabilidade no exercício da profissão, considerando, para isso, a-

pontamentos de profissionais de Recursos Humanos do Espírito Santo quanto ao perfil desejado dos administradores, bem como a relação do mercado de trabalho com o conhecimento adquirido, pelo administrador, em Contabilidade Introdutória, durante o curso de graduação, no sentido de responder ao seguinte questionamento: **Qual a percepção dos administradores sobre a contribuição dos ensinamentos de contabilidade, para a sua formação e o seu exercício profissional?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Identificar a percepção de administradores quanto à contribuição do ensino da disciplina Contabilidade Introdutória para a formação profissional, bem como seu acompanhamento em relação às necessidades do mercado de trabalho.

1.3.2 Específicos

1º) Identificar, a partir da percepção dos administradores atuantes no Estado do Espírito Santo e filiados ao Conselho Regional de Administração (CRA) do Estado do Espírito Santo, a compatibilidade do aprendizado da disciplina de Contabilidade Introdutória e seu aproveitamento em benefício do profissional frente ao mercado de trabalho;

2º) Identificar a visão de profissionais de recursos humanos atuantes no Espírito Santo sobre o perfil exigido do Administrador para inserção no mercado de trabalho, particularmente com relação ao conhecimento de contabilidade;

3º) Verificar se os assuntos ensinados na disciplina Contabilidade Introdutória, ministrada no curso de Administração, nas Instituições de Educação Superior (IES), encontram-se compatíveis com as exigências do mercado de trabalho.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O estudo encontra-se dividido em 7 capítulos distintos, em que o capítulo 1 apresenta uma introdução ao estudo, a justificativa da escolha do tema, a argüição do problema a ser analisado e seus objetivos; o capítulo 2 aborda a formação do Administrador no Brasil, o perfil desejado, competências e habilidades; o capítulo 3 trata da importância do ensino da contabilidade para a formação e o exercício profissional do administrador; o capítulo 4 é dedicado à descrição do método adotado para a realização da pesquisa, procedimentos para a coleta de dados e a forma de análise dos resultados; no capítulo 5, encontram-se as conclusões e sugestões e, no capítulo 6, são apresentadas as conclusões a que se chegou, bem como sugestões frente ao tema investigado.

2 A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR NO BRASIL

A educação superior deve se adaptar às exigências do mercado, o qual sempre impõe novos desafios, requerendo um processo educacional muitas vezes diferente dos moldes que vêm sendo aplicados atualmente. A Instituição de Educação Superior, o aluno e o professor devem desenvolver uma metodologia para o ensino e a aprendizagem, de maneira que a mesma aflore a inteligência do sujeito inserido no mercado de trabalho futuro (KRAEMER, 2005).

Nossa (1999, p. 1) afirma que “a Instituição de Educação Superior (IES) é a principal organização que deve preparar os profissionais do futuro”. Com isso, uma das finalidades das IES deve ser a inserção, no mercado de trabalho, de diplomados aptos para o exercício profissional, além de obter retorno quanto aos indicadores de qualidade dos profissionais que vêm formando, principalmente no que diz respeito à qualificação para o trabalho (LOUSADA; MARTINS, 2005).

Dentre essas e outras circunstâncias, a educação superior vem sendo afetada, tanto em sua teoria quanto na prática, fato que torna necessário a realização de processos avaliativos que identifiquem, analisem e discutam o papel de cada disciplina no currículo estabelecido para a formação de determinado profissional (ANDRADE; RABONI, 2001).

No Brasil, os cursos de administração surgiram na década de 1940 e, em 1945, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, propunha a implantação dos cursos de Economia e Ciências Contábeis no país. O documento destacava o novo rumo tomado pela economia nacional no que tange à direção e orientação, enfatizando a Administração pública. Até então, o ensino, no Brasil, restringia-se apenas a engenheiros, médicos e advogados (COVRE, 1991).

O grande impulso em direção a consolidação do curso de administração, no contexto brasileiro, deu-se com a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Ao longo dos anos, essas duas instituições transformaram-se nos principais campos de formação acadêmica e profissional, contribuindo fortemente para o processo de desenvolvimento econômico e social do país (MARTINS, 1989).

Em 1948, representantes da FGV visitaram vinte e cinco Universidades americanas, que mantinham cursos de Administração Pública, com intuito de conhecer diferentes formas de organização. O resultado dessa visita gerou o surgimento da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAP), em 1952, a qual era gerida com auxílio de uma comissão formada por especialistas em administração de empresas da Universidade Estadual de Michigan (CASTRO, 1981, p. 68).

A Universidade de São Paulo (USP) surgiu em 1934, por meio da aglutinação de faculdades já existentes e da abertura de novos centros de ensino. Em 1946, foi criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), que tinha por objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de administração pública e privada. A criação da FEA se deve, principalmente, ao grande surto de industrialização, quando surgiram empresas movimentando vultosos capitais que exigiram, para sua gestão, técnicas altamente especializadas. O Instituto de Administração, criado em 1946, juntamente com a FEA, foi, até 1966, muito importante na orientação de projetos e pesquisas para a administração pública e estatal.

Nos seus primeiros 20 anos, a FEA possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, embora ainda não oferecesse o curso de Administração, os dois cursos evidenciavam um conjunto de disciplinas que tratava de

questões administrativas. O Instituto de Administração tinha por objetivo realizar pesquisas na área. Essa orientação permitiu o surgimento da Revista de Administração, por meio do Departamento de Serviço Público.

Segundo Silveira (2002, p. 62):

> Em 1.952 começava o ensino de Administração no Brasil. Nessa época as escolas norte-americanas já formavam anualmente em torno de 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e 100 doutores em Administração. O ensino da Administração no Brasil privilegia as grandes unidades produtivas que queriam seguir os moldes norte americanos. Em relação à Administração isso principia em 1.964, época em que o processo de industrialização se consubstancia, principalmente com a importação de tecnologia americana.

Foi somente no início dos anos 60 que a FEA sofreu algumas alterações estruturais, dando origem ao Departamento de Administração, composto por disciplinas integradas aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Segundo Lousada; Martins (2005), nessa época, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação da faculdade, inclusive em Administração, embora ainda não existisse o curso de graduação, o que veio a ocorrer somente em 1963, quando a faculdade passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

Um ano depois da regulamentação da profissão de Administrador (1967), por meio do Parecer nº. 307/66, aprovado em 8 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração, institucionalizando a profissão e a Formação de Técnico em Administração no país. As diretrizes do parecer se inspiraram na análise das condições reais da Administração no país e nos postulados que emanavam da lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional. Tal currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e as condições institucionais em que se inseria, como fenômenos de ordem administrativa e matérias instrumentais, ofe-

recendo modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional e matérias de formação profissional.

Com a liberdade dada pelo currículo, as escolas poderiam ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens de tempo e de acerto quanto aos objetivos, assim como organizar cursos ou seminários de aplicação mais restritos ou especializados. Tal atitude visava à superação de certa tendência atomística, prevalecente ao longo da tradição educacional, a que se deve a excessiva densidade dos planos de estudo.

De acordo com o Parecer nº. 307/66, o currículo mínimo do curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração seria constituído de quatorze matérias (Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa), Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal e Administração de Material). Além desse elenco de matérias, tornava-se obrigatório o Direito Administrativo ou Administração de Produção e Administração de Vendas, segundo a opção do aluno. Os alunos também tinham de realizar um estágio supervisionado de seis meses para obter o diploma.

Embora, desde o seu surgimento, os currículos dos cursos de administração tivessem sofrido modificações, em nenhum momento perderam seu caráter multidisciplinar. A atual diretriz curricular dos cursos de administração, regulamentada pela Resolução Nº 4/2005 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), determina que, na organização curricular, os conteúdos reve-

lem inter-relações com a realidade nacional e internacional, contemplando quatro modalidades distintas, porém complementares:

1º) Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

2º) Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, matérias, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.

3º) Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo a pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

4º) Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Percebe-se nas determinações da referida Resolução (CNE/CES n^{o}. 4, de 13 de julho de 2005) que os conteúdos de formação profissional, de estudos quantitativos e suas tecnologias e de formação complementar estão mais voltados para o contexto da formação específica da administração, enquanto que os conteúdos de formação básica estão mais voltados para a interdisciplinaridade, fundamental para a formação dos acadêmicos da área de ciências sociais aplicadas.

2.1 PERFIL DESEJADO DO ADMINISTRADOR

O curso de Administração deve ensejar condições para que o bacharel esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e seu gerenciamento no conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do Administrador.

2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR

Conforme o Parecer CES/CNE, de 03-02-2005, os cursos de graduação em Administração devem formar profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

1º) reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer o processo da tomada de decisão em diferentes graus de complexidade;

2º) desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional;

3º) refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

4º) desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e cau-

sais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

5º) ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

6º) desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e de experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável.

3 A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE PARA A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DO ADMINISTRADOR

A Administração tem em seu escopo um campo de atuação bastante abrangente, considerando que o bacharel pode atuar em diversas áreas, tais como: Administração da Produção, Administração Financeira, Administração de Recursos Humanos, Administração Mercadológica, ou ainda, Administração Geral (CHIAVENATO, 2000). Todavia, neste estudo, é importante ressaltar que a investigação restringiu-se apenas ao setor privado.

Sendo as funções de finanças decorrentes das decisões fundamentais dos Administradores (que em seu dia-a-dia as desempenham com o objetivo de criação de valor para a empresa e os acionistas), as decisões de investimento, financiamento e dividendos somente são possíveis de se desenvolverem, desde que respaldadas pelos relatórios contábeis, que nada mais são que o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, de modo que o Administrador não poderia executar essas funções se não soubesse ler os demonstrativos, ensinamentos que são ministrados nos cursos de Administração de Empresas, via disciplina Contabilidade Introdutória (PADOVEZE, 2005).

O Administrador é o responsável pelo sistema de gestão da empresa, composta por vários departamentos (Departamento de Sistemas ou de Informática, Organização e Métodos, Recursos Humanos, Finanças e Controladoria, Contabilidade e Custos, Engenharia, entre outros). A verdadeira função desses departamentos é a de servir de apoio especializado ao Administrador e não a de ser responsável pelas definições relacionadas ao sistema de gestão (ARANTES, 1998).

O ensino da Contabilidade Introdutória tem seu grau de importância, tanto para o estudante de contabilidade, como para aquele do curso de Administração de Empresas, de forma que é notório que, se o estudante não dominar as técnicas da contabilidade no transcorrer do curso, terá muitas dificuldades em outras disciplinas que exijam conhecimento dos relatórios contábeis, como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, parte das disciplinas Administração da Produção, Administração Financeira e Análise de Custos.

Neste sentido, o ensino da contabilidade para iniciantes no curso de Ciências Contábeis ou de Administração de Empresas tem sido um forte desafio para os docentes da área, considerando que o correto aprendizado dessas disciplinas, no início do curso, garante o sucesso no seu final (ARAÚJO; ASSAF, 2004).

Holfer; Peleias; Weffort (2005, p. 119) relatam, também, a importância de se estudar Contabilidade Introdutória, justificando ser a referida disciplina a base das disciplinas contábeis ao longo do curso superior. Para Andrade (2003), “a disciplina Contabilidade introdutória representa o alicerce, a base de todo conhecimento contábil que será complementado no decorrer do curso”.

Neves; Viceconti (2004, p. 61) dividem as técnicas utilizadas pela contabilidade para registrar ou levantar os fatos contábeis em quatro tópicos:

1º) Escrituração técnica utilizada pela contabilidade para escriturar os fatos contábeis, fatos esses escriturados nos livros contábeis mediante lançamentos;

2º) Elaboração das Demonstrações Contábeis ou Financeiras, técnica que evidencia fatos patrimoniais ocorridos em determinada gestão. De acordo com a Lei no. 6.404/76, as Demonstrações Contábeis ou Financeiras são:

a) Balanço Patrimonial (BP);

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);

d) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);

e) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR);

f) Notas Explicativas (NE).

3º) Análise das Demonstrações Contábeis ou Financeiras;

4º) Auditoria.

As Demonstrações Financeiras são os principais relatórios gerados pela contabilidade. Entretanto, os interessados pelas informações ali contidas não são somente os contadores. Muitas vezes, a esses cabe apenas a tarefa de executar, ficando à disposição dos principais usuários das informações contábeis a sua utilização para tomada de decisão. Assim, pode-se afirmar que todos aqueles que têm poder de decisão, tais como proprietários de empresas, Administradores, fornecedores, clientes e investidores são os principais usuários da informação contábil (SALAZAR; BENEDICTO, 2004).

Os livros americanos também destacam a afirmativa acima, observando o que *Eisen* (2000) considera:

> *Accounting information is used by everyone. The manager of an organization, who is charged with the responsibility of seeing that the enterprise is properly directed, relies upon the accounting information provided to make appropriate decisions. Investors in an enterprise need information about the financial status and future prospects of an organization. Bankers and suppliers grant loans and extend credit to organization. Even customers and employees concerned about the condition of an organization make use of accounting information.*

Segundo Silva (2001, p. 21), a “análise das Demonstrações Financeiras consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa”. As análises são divididas em Análise de Estrutura de Capitais, Análises de Índices de Liquidez, Análise de Rentabilidade e Análise de Atividade. No entendimento de Neves; Viceconti (2004, p. 77), essas análises “têm por objetivo a revisão, perícia, intervenção ou exame de contas de toda uma escrita, periódica ou constante, eventual ou definitiva, objetivando determinar se tal escrita obedece aos princípios contábeis geralmente aceitos”.

As demonstrações contábeis e demais informações complementares devem ser assinadas pelos contabilistas, assim como pelos administradores, ficando bem clara a importância do conhecimento da contabilidade na vida do administrador, requerendo, então, maior atenção por parte do estudante de Administração de Empresas (SILVA *et al,* 2003).

Iudicibus; Marion (2000, p. 16) entendem que “o ensino da Contabilidade para não contadores deveria ser voltado para os Relatórios Contábeis e sua interpretação”.

Procurando propiciar o alinhamento entre IES, estudantes e mercado de trabalho, muitas instituições aplicam na disciplina Contabilidade Introdutória o mesmo conteúdo programático, tanto para os cursos de Contabilidade como para o de Administração de Empresas, concentrando-se no como fazer contabilidade.

Iudicibus; Marion (2000, p. 5) entendem que:

> A observação da trajetória dos ex-alunos serve como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões sobre a trajetória do curso em relação aos novos egressos. É necessário criar um mecanismo de avaliação que envolve docentes, alunos e funcionários técnico-administrativos, anali-

> sando o aluno no momento em que ingressa e depois de formado, já atuando no mercado de trabalho. Preparar o aluno para o exercício das atividades profissionais é um erro cometido com certa freqüência, principalmente na América Latina, em querer que os cursos formais formem o profissional pronto e embalado, quando isso não somente não é possível, como possivelmente também não desejável. O curso universitário ainda deve ser entendido, basicamente, como um curso de formação que vai propiciar as condições infra-estruturais para que, com experiência e supervisão posterior, o emergente de tais cursos venha a se tornar um verdadeiro profissional.

O jornalista Dimenstein (1993) escreveu matéria sobre o trabalho realizado pela especialista em Recursos Humanos, Sofia Esteves do Amaral, a qual acompanhou o destino de 180 mil currículos de jovens que disputavam 872 vagas de estágio e de *trainee* em empresas brasileiras. A profissional declara não ter ficado tão espantada com a acirrada disputa pelas vagas (uma mesma empresa havia recebido 20 mil currículos), quanto ficou com a dificuldade de preenchimento dos postos devido à baixa qualificação educacional dos candidatos. A imensa maioria dos concorrentes foi abatida logo na leitura do currículo. Nas entrevistas, foram tantos os reprovados que se inverteu a relação de oferta e procura. Houve sobra de vagas. Desse embate entre os milhares de pretendentes e as poucas centenas de ofertas de estágio, Sofia listou as demandas que fazem a distância entre o que as escolas formam e o que as empresas esperam (DIMENSTEIN, 2003).

4 MÉTODO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Visando responder aos objetivos propostos, metodologicamente, a pesquisa contempla dois métodos distintos, porém complementares.

O primeiro consiste em uma pesquisa de natureza quantitativo-descritiva, levantamento de campo do tipo *survey,* realizada *ex post facto* junto aos administradores com registro no Conselho Regional de Administração (CRA) do Espírito Santo; o segundo corresponde a uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semi-estruturada junto aos profissionais de Recursos Humanos da grande Vitória.

A pesquisa de natureza quantitativo-descritiva é usada quando o propósito é descrever as características de grupo, estimar a proporção de elementos numa população ou descobrir a existência de relação entre as variáveis (MATTAR, 1994). Para Cervo; Bervian (1996), “a pesquisa descritiva procura descobrir, com a precisão possível, a freqüência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”.

Conforme ensina Espírito Santo (1992, p. 31), “as pesquisas são comumente classificadas em quatro tipos: a) experimental; b) *ex post facto*; c) levantamento (*survey*); d) histórica”. Para o autor, “é através da pesquisa *ex post facto* que são estudadas as variáveis da maneira como ocorrem numa situação natural, quer porque já ocorreram ou porque não são manipuláveis”. Referindo-se ao levantamento (*survey*), o professor ensina que este é utilizado “para verificar a incidência, inter-relação e distribuição de variáveis, além de nos dar as características das mesmas”.

A abordagem qualitativa tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área da educação. Uma pesquisa com essa abordagem caracteriza-se pelo enfoque interpretativo. Desse modo, as técnicas de investigação não constituem o método de investigação (ERICKSON, 2001).

Cumpre ressaltar que, embora os métodos tenham abordagens diferentes, são complementares e não concorrentes.

A população alvo da pesquisa é constituída de administradores de empresas atuantes no Estado do Espírito Santo. A amostra foi constituída de forma não probabilística intencional, uma vez ter sido restrita a administradores cadastrados em bancos de dados do Conselho Regional de Administração (CRA/ES), cujas respostas foram voluntárias, através de acesso à *Internet*, constituindo-se de 419 questionários respondidos entre os 4,5 mil *e-mails* remetidos.

As variáveis exploratórias contidas no questionário da pesquisa foram submetidas a um pré-teste entre 10 administradores formandos em IES do Espírito Santo, objetivando identificar quaisquer dificuldades no entendimento das mesmas, fator que poderia influenciar negativamente para a obtenção dos resultados obtidos, não tendo havido necessidade de correções no conteúdo dos mesmos.

Além dos questionários aplicados, objetivando complementar a aplicabilidade da disciplina Contabilidade Introdutória nas IES, relativamente ao mercado de trabalho, foram realizadas entrevistas com duas empresas de Recursos Humanos e três empresas comerciais atuantes no município de Vitória/ES, buscando identificar o perfil, habilidades requeridas dos profissionais com formação em Administração de Empresas e as percepções do mercado de trabalho pelos profissionais.

4.2 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS

O questionário foi dividido em três blocos. O primeiro, constituído de onze variáveis descritivas do perfil profissional dos respondentes (naturalidade, sexo, faixa etária, estado civil, instituição onde cursou graduação em Administração, cursos de pós-graduação, principal ocupação atual, área em que atuam como administradores e tempo na função).

O segundo bloco do questionário buscou identificar os níveis de concordância e discordância dos entrevistados com sete afirmativas voltadas ao grau de importância da disciplina Contabilidade Introdutória na prática profissional do Administrador, em que elevados percentuais de concordância com as afirmativas apresentadas retratam conteúdo programático da disciplina Contabilidade Introdutória, correspondente com as exigências do mercado de trabalho.

O terceiro bloco dedicou-se à avaliação dos respondentes do grau de importância dos conteúdos ministrados na disciplina Contabilidade Introdutória e outros conteúdos de contabilidade no Curso de Administração das Instituições de Educação Superior. Os tópicos avaliados pelos entrevistados são oriundos de trabalho publicado por Hofer; Peleias; Wefort (2005).

Os instrumentos foram enviados através de *e-mail* para todos os profissionais filiados e ativos cadastrados no Conselho Regional de Administração do Espírito Santo, de modo que as respostas foram obtidas *online*.

Já as entrevistas, foram aplicadas pessoalmente pelo autor do trabalho, em dias e horários previamente estabelecidos com os amostrados, tendo sido todas elas gravadas e posteriormente interpretadas.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados obtidos, via questionários, constituiu-se na tabulação dos dados obtidos em cada uma das variáveis, as quais são apresentadas em tabelas simples, freqüêncial e percentualmente, algumas ilustradas graficamente, objetivando melhor visualização dos resultados.

As entrevistas foram transcritas e analisadas, considerando o contexto apontado pelos entrevistados, de modo a estabelecer a correspondência entre as percepções da amostra estudada e profissionais atuantes na área de Recursos Humanos.

Para Gil (1989, p. 167), “a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 QUESTIONÁRIOS

5.1.1 Perfil do administrador do Espírito Santo (Bloco I)

O perfil da amostra estudada é parte integrante do primeiro bloco do questionário da pesquisa. Na seqüência, as onze variáveis descritivas do perfil profissional dos Administradores inscritos no Conselho Regional de Administração do Espírito Santo e respondentes do questionário da pesquisa têm seus resultados tabulados e apresentados freqüencialmente, percentualmente e ilustrados por figuras representativas.

5.1.1.1 Naturalidade dos entrevistados

A primeira questão do bloco I do questionário da pesquisa buscou identificar a naturalidade dos entrevistados.

Acredita-se que a identificação da naturalidade dos entrevistados cadastrados no CRA/ES possibilite uma comparação, no sentido de que, quanto maior for o índice de administradores naturais do Estado, maior pode ser o volume de formandos locais, fator contributivo para a geração do aumento de vagas nos cursos de administração.

Foi auferido que a grande maioria (71,8%) dos Administradores inscritos no CRA do Espírito Santo é constituída de capixabas. Entrevistados naturais do Rio de Janeiro representam quase 10%; de Minas Gerais, 8,8% e da Bahia, pouco mais de 4%, enquanto que 5,5% deles são oriundos de outros Estados brasileiros.

A tabela e a figura 1 retratam os resultados obtidos com a variável naturalidade:

Tabela 1: Naturalidade dos entrevistados

Naturalidade	F	F%
Espírito Santo	301	71,8%
Rio de Janeiro	41	9,8%
Minas Gerais	37	8,8%
Bahia	17	4,1%
São Paulo	5	1,2%
Distrito Federal	3	0,7%
Pará	3	0,7%
Alagoas	2	0,5%
Acre	2	0,5%
Ceará	2	0,5%
Outros Estados	6	1,4%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

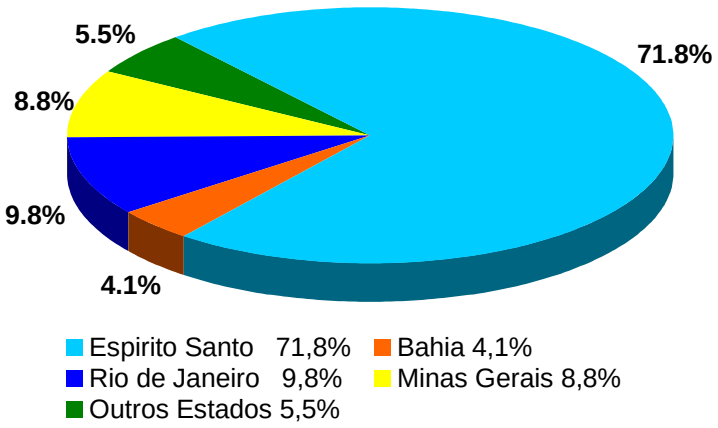

Figura 1: Naturalidade dos entrevistados

5.1.1.2 Sexo dos entrevistados

A identificação do sexo dos Administradores cadastrados no CRA/ES tem elevado grau de relevância para o presente estudo, considerando que nos últimos cinqüenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho, fruto de uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiramente, foi a industrialização que transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Em uma segunda situação, há que se considerar a chamada rebelião feminina, ocorrida do final dos anos 60, nos Estados Unidos da América e Europa, que chegou como uma onda no Brasil, ainda que nos anos de chumbo da ditadura militar, produzindo, ainda assim, o ressurgimento do movimento feminista nacional, de modo a proporcionar a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira (TEIXEIRA, 2005).

A participação feminina no trabalho formal sempre foi restrita. Entretanto, nos últimos anos, essa participação vem crescendo, notadamente a partir da década de 90, com a redução proporcional dos empregos masculinos. Segundo dados da Fundação Carlos Chagas (2007), “em 1985, 32,4% dos empregos formais no Brasil eram femininos, em 1992 estes já eram 35,9% e em 2002 saltaram para 39,7%”.

A última Pesquisa Nacional do Conselho Federal de Administração (CFA) (2006) sobre o perfil, formação, atuação e oportunidade de trabalho do Administrador também revelou que o número de mulheres administradoras cresceu consideravelmente nos últimos anos. Enquanto, em 1994, seu percentual em relação aos homens era de 21%, evoluiu para 25%, em 1998, para praticamente 30%, em 2003 e

atingiu 32,6%, em 2006, significando que em 12 anos houve um acréscimo de quase 60% de mulheres administradoras no mercado de trabalho. Com referência ao Espírito Santo, a Pesquisa Nacional do CFA envolveu 289 Administradores, o que corresponde a 3,3% de um universo de 9.178 entrevistados em todo o território nacional.

O Espírito Santo não foge da média nacional da participação da mulher no exercício da profissão de administradora, considerando que 39,6% dos inscritos no CRA estadual são do sexo feminino e 60,4% do sexo masculino, conforme ilustra a tabela 2 e a figura 2.

Tabela 2: Sexo dos entrevistados

Sexo dos entrevistados	F	F%
Masculino	253	60,4%
Feminino	166	39,6%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

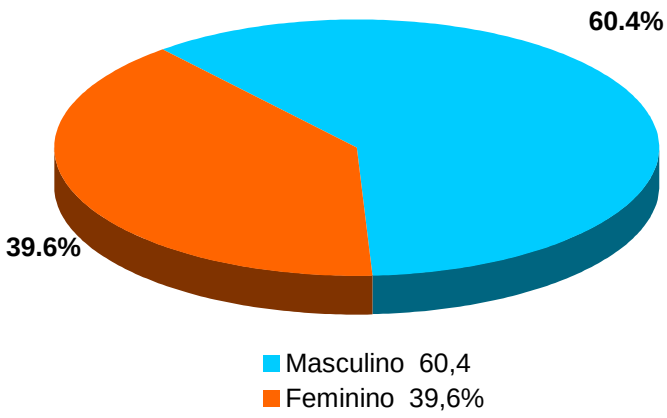

Figura 2: Sexo dos entrevistados

5.1.1.3 Faixa etária

A terceira variável investigada no estudo proposto refere-se à faixa etária dos Administradores inscritos no CRA do Espírito Santo.

O conhecimento da naturalidade dos entrevistados e do sexo, englobados com a faixa etária dos mesmos será contributivo, no sentido de propiciar uma visão mais dimensionada do perfil demográfico do Administrador atuante no Estado do Espírito Santo.

Enquanto a Pesquisa Nacional do CFA (2006) concluiu que a maioria dos Administradores encontrava-se na faixa etária até 30 anos, a faixa etária dos inscritos no CRA do Espírito Santo mostra que pouco mais de 43% deles estão na mesma faixa etária, não fugindo muito da média nacional; 24,3% encontram-se na faixa etária até 40 anos; na faixa etária até 50 anos encontram-se 21%; na faixa etária de até 60 anos, 9,5% e com 61 anos ou mais, apenas 1,7%. Os dados obtidos na coleta de dados encontram-se apresentados freqüencial e percentualmente na tabela 3:

Tabela 3: Faixa etária

Faixa etária dos entrevistados	**F**	**F%**
Entre 18 e 30 anos de idade	182	43,4%
Entre 31 e 40 anos de idade	102	24,3%
Entre 41 e 50 anos de idade	88	21,0%
Entre 51 e 60 anos de idade	40	9,5%
61 anos de idade ou mais	7	1,7%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

A figura 3 distribui a amostra estudada em freqüências percentuais:

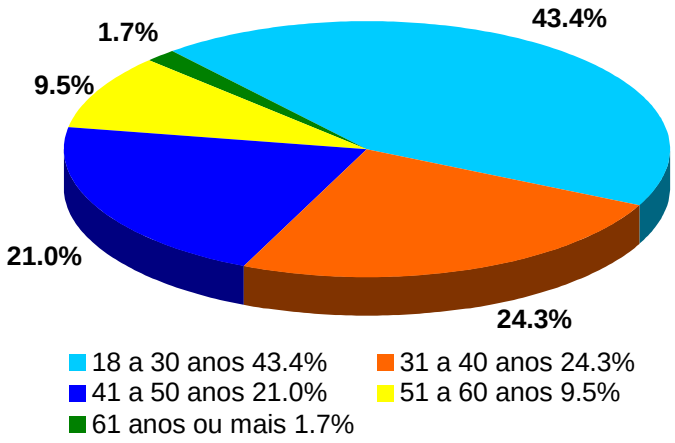

Figura 3: Distribuição percentual da amostra pela faixa etária

5.1.1.4 Estado civil

A identificação do estado civil dos Administradores filiados ao CRA do Espírito Santo é a quarta variável exploratória do perfil do Administrador no Estado. Assim como a média nacional encontrada através da Pesquisa Nacional (2006) do CFA, a maioria dos entrevistados também é casada (50,6%). Solteiros constituem quase 40% da amostra; separados, 4,3%; divorciados 3,3% e viúvos 2,1%, conforme mostram a tabela 4 e a figura 7:

Tabela 4: Estado civil

Estado civil dos entrevistados	**F**	**F%**
Casado(a)	212	50,6%
Solteiro(a)	166	39,6%
Separado(a)	18	4,3%
Divorciado(a)	14	3,3%
Viúvo(a)	9	2,1%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

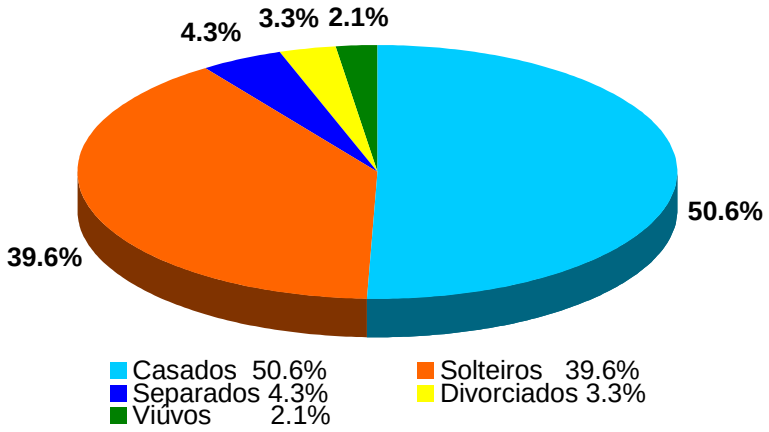

Figura 4: Distribuição percentual da amostra por estado civil

5.1.1.5 Instituição de educação superior onde concluiu o curso de graduação em administração, estado e ano de conclusão

O conhecimento da IES onde o Administrador concluiu o curso de graduação tem muita relevância para o presente estudo, quando se aborda o ensino de determinada disciplina e sua aplicabilidade na profissão.

O quadro 1 exibe a distribuição das IES onde os Administradores respondentes do questionário da pesquisa concluíram o curso de graduação. É notável que 69,7% deles são formados em Instituições de Educação Superior do Estado, a maioria (50,3%) na Grande Vitória; 8,4% em IES de Minas Gerais, 3,3% da Bahia e 2,6% do Rio de Janeiro. Considerando que quase 72% dos entrevistados são naturais do Espírito Santo, pode-se afirmar que a maioria deles procura cursos de graduação no próprio Estado de origem.

De todo o universo de Administradores respondentes da pesquisa, apenas 5,5% deles informaram ser concludentes do curso de graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), um índice significativamente pequeno em relação às IES privadas. Entretanto, esse quadro não é novo e nem mesmo causador de

surpresa, considerando que na década de 90, enquanto as instituições estaduais apresentavam uma retração no número de vagas oferecidas de 24,1% e as federais um acréscimo de apenas 21,8%, o segmento privado tinha um acréscimo de 73,6%. É nesse sentido que, atualmente, se observa a presença marcante das instituições privadas no contexto do ensino no país (PORTO; RÉGNIER, 2003).

Quando se considera as instituições de ensino superior privadas, a oferta, em correspondência com a demanda das instituições federais e estaduais, assume traços ainda mais específicos. Estudo elaborado por Schwartzman; Schwartzman (2002) constatou forte concentração das matrículas em poucas Instituições de Ensino Superior, enquanto que um número relativamente pequeno de instituições (5%) concentra quase a metade das matrículas e, no outro extremo, 50% das instituições absorvem somente 5% das matrículas. Outra constatação foi no sentido de que a grande maioria dos acadêmicos estuda à noite e a proporção de mulheres e de alunos mais velhos é maior (quando comparado com as instituições públicas), além disso, as instituições de grande porte concentram suas matrículas nas regiões Sul e Sudeste.

Apesar disso, o quadro atual da Educação Superior no Brasil não foge à realidade de outros países, a exemplo dos comentários de Cruz (2003), ao afirmar que “[...] em todo o mundo, as melhores universidades são aquelas que têm anteparo do Estado e são sustentadas majoritariamente com recursos públicos”. Essa afirmativa é corroborada por Slaughter e Leslie (1997), ao informarem que, até mesmo nos Estados Unidos da América, o predomínio do financiamento no ensino superior é do estado (em 1991, o investimento no sistema público de ensino superior naquele país foi de 94 bilhões de dólares, contra 55 bilhões investidos no sistema privado). Embora o objetivo principal do presente estudo esteja voltado à contribuição da disciplina

Contabilidade Introdutória, no curso de Administração, é relevante a discussão em torno das instituições, mesmo porque os blocos II e III do questionário da pesquisa estão relacionados intimamente com a grade curricular das mesmas.

Est.	IES onde os entrevistados concluíram o curso de Administração	F	F%	F% Total
Espírito Santo	Centro Universitário de Vila Velha (UVV)	87	20,8%	69,7%
	Faculdade do Espírito Santo (FAESA)	55	13,1%	
	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	23	5,5%	
	Faculdade Batista de Vitória (FABAVI)	14	3,3%	
	Faculdades Interadas Castelo Branco (FICAB)	11	2,6%	
	Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC)	11	2,6%	
	Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FCHV)	13	3,1%	
	Faculdade Estácio de Sá (FAESA)	12	2,9%	
	Faculdades Integradas Pe. Anchieta de Guarapari	11	2,6%	
	Faculdade de Castelo (FACASTELO)	8	1,9%	
	Univila	8	1,9%	
	Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (FACEC)	7	1,7%	
	Faculdade de Ciênc. Cont. e Adm. de Cachoeiro do Itapemirim	6	1,4%	
	Faculdade Cândido Mendes (FACAM)	4	1,0%	
	Faculdade Capixaba de Administração e Educação (UNICES)	4	1,0%	
	Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração (UNILINHARES)	3	0,7%	
	Instituto de Ensino Superior (FAVI)	2	0,5%	
	Outras Insituições de Ensino Superior	13	3,1%	
MG	Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG)	23	5,5%	8,4%
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	12	2,9%	
BA	Universidade Federal da Bahia	8	1,9%	3,3%
	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	3	0,7%	
	Universidade Católica de Salvador (UCSal)	3	0,7%	
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	11	2,6%	2,6%
Não respostas		67	16,0%	16,0%
Total		**419**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

Quadro 1: Distribuição da amostra por IES onde foi concluído o curso de Administração (por Estados)

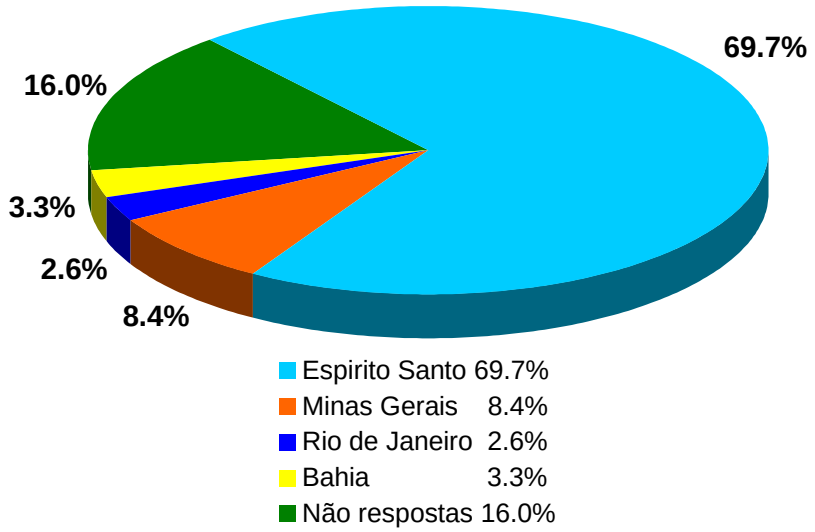

Figura 5: Estados predominantes em que os entrevistados concluíram o curso de Administração

Objetivando melhor compreensão e comparação com estudos similares, o ano de conclusão do curso de graduação em Administração informado pelos entrevistados foi agrupado em quatro períodos (anos 70, anos 80, anos 90 e a partir de 2000). A maioria absoluta dos amostrados (57,5%) concluiu o curso a partir do ano 2000, quase 14% nos anos 90, 8,6% se graduaram nos anos 80 e pouco mais de 4% nos anos 70.

A tabela 5 e a figura 6 reproduzem os resultados obtidos:

Tabela 5: Períodos de conclusão do curso de Administração

Período de conclusão do curso de Administração	F	F%
Anos 70	18	4,3%
Anos 80	36	8,6%
Anos 90	58	13,8%
A partir de 2000	241	57,5%
Não resposta	66	15,8%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

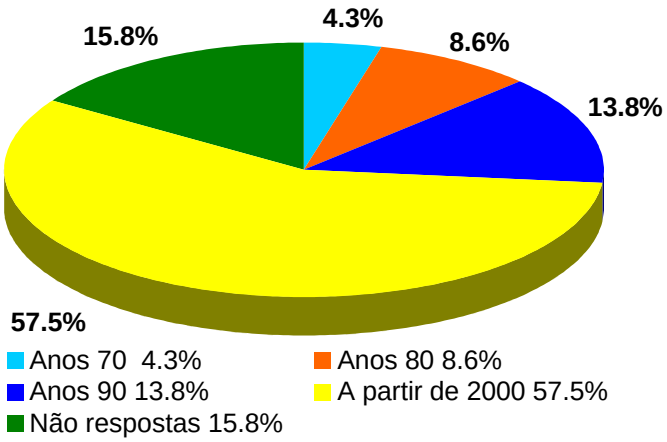

Figura 6: Conclusão do curso de Administração (em décadas)

Sendo a amostra estudada constituída de Administradores jovens (na faixa etária de até 30 anos), é presumível que sua graduação tenha se dado mais recentemente. A Pesquisa Nacional do CFA (2006) também concluiu que aumenta o número de graduados mais jovens no Brasil. Entretanto, apesar desse crescimento, ainda se constata um grande desequilíbrio na sua distribuição por faixa etária, considerando que em 2002, apenas 60% das matrículas foram de alunos entre 18 e 24 anos de idade, provável reflexo das distorções idade-série herdadas do ensino fundamental e médio. A persistência desse quadro poderá vir a dificultar o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (2001), de o Brasil chegar ao

ano de 2010 com 30% da população entre 18 e 24 anos, cursando o ensino superior (PORTO; RÉGNIER, 2003)

5.1.1.6 Cursos de pós-graduação realizados

Objetivando conhecer mais profundamente o perfil do Administrador inscrito no CRA/ES, foi solicitado aos respondentes que informassem se eram pós-graduados. Praticamente 58% dos Administradores atuantes no Estado do Espírito Santo são pós-graduados, e destes, a maioria (51,3%) são pós-graduados *lato sensu* e apenas 6,2% *stricto sensu*. Mais de 1/3 dos entrevistados informaram não possuir pós-graduação e 8,8% preferiram não responder ao quesito. As respostas obtidas encontram-se reproduzidas na tabela 6 e na figura 10, respectivamente, apresentados na seqüência:

Tabela 6: Cursos de pós-graduação realizados

Cursos de pós-graduação dos entrevistados	**F**	**F%**
Stricto sensu	26	6,2%
Lato sensu	215	51,3%
Não possuem pós-graduação	141	33,7%
Não respostas	37	8,8%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

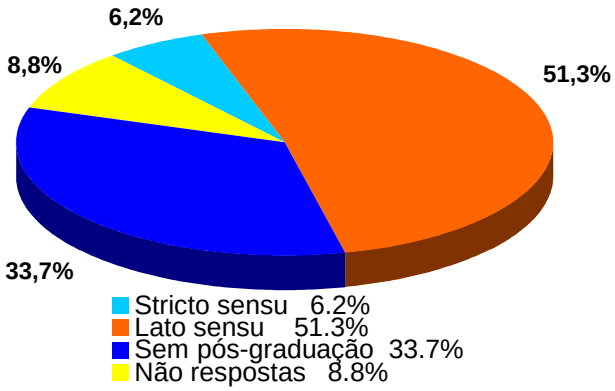

Figura 7: Pós-graduação dos entrevistados

A pós-graduação, assim como a expansão das Instituições de Educação Superior privadas, no Brasil, também está passando por uma fase de expansão bastante expressiva. No período compreendido entre os anos de 1994 e 2001, o crescimento do número de alunos inscritos nos programas de mestrado foi de 31%, atingindo um total de 60,3 mil estudantes em 2001, o correspondente a um crescimento de 6,5%. Entre os anos de 1994 e 1998, o maior crescimento se deu nas IES federais e estaduais. Já no ano de 1999, as matrículas nos cursos de pós-graduação nas instituições privadas cresceram pouco mais de 26% e, em 2001, o crescimento foi de 13,4%, tratando-se, portanto, de um processo de crescimento mais equilibrado, diferente do que ocorria quando essa ênfase cabia às instituições públicas (SANTOS, 2003).

Em 2005, as IES brasileiras possuíam pouco mais de 122 mil estudantes matriculados em cursos de pós-graduação em 1.925 programas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná eram, nessa ordem, os cinco primeiros Estados com maior número de matriculados nos cursos de pós-graduação oferecidos. Por segmentos, destacavam-se as áreas de administração e turismo como sendo os mais numerosos (MARQUES, 2005).

5.1.1.7 Área de atuação dos administradores

Mesmo sendo toda a amostra estudada constituída de graduados e pós-graduados em Administração, objetivou-se investigar em que áreas e ramos os investigados encontram-se alocados. Acredita-se que a identificação da área e o ramo de atuação dos entrevistados possa ser fator contributivo para a pesquisa, uma vez que pode contribuir para identificar possíveis demandas no mercado de trabalho,

bem como servir de parâmetro para cursos de especialização dos profissionais inscritos no CRA/ES.

Os dados revelados, na tabela 7, mostram que a administração de finanças é a área de atuação que reúne maior freqüência de Administradores (23,6%), seguida pela Administração Geral, com 12,2%.

A predominância de profissionais atuando na área de finanças é diferente daquela demonstrada na Pesquisa Nacional do Conselho Federal de Administração (CFA), em 2006, em que se sobressaem os entrevistados que atuam na Administração Geral (51,4%)

Atuando na Administração de materiais encontram-se 5,5% dos entrevistados. Na Administração de Recursos Humanos atuam 4,8% dos amostrados; na Administração de produção e organização e métodos e programas de trabalho encontram-se 4,5%, respectivamente. Na área de Administração Mercadológica, são 3,1% e na Administração de Orçamento, apenas 2,1%.

Administradores atuando apenas no magistério perfazem 8,6% da amostra estudada, quase 3% são técnicos administrativos, cerca de 2% constituem-se de assistentes administrativos na área contábil e financeira e bancários e 1,2% estão distribuídos entre contadores e analistas de sistemas, enquanto que 22,9% preferiram não declinar a área onde se encontram atuando ou possivelmente estejam entre os desempregados.

A pesquisa também buscou identificar em que setores da economia os Administradores inscritos no CRA/ES atuam, tendo sido verificado que 82,4% exercem suas atividades como empresários ou trabalham em empresas privadas, enquanto apenas 17,6% estão voltados ao setor público, conforme evidenciam a tabela 8 e a

figura 11. O fato de três respondentes afirmarem atuar como contadores leva à dedução de que os mesmos sejam também formados em administração, haja vista que a pesquisa foi voltada somente a estes.

Tabela 7: Área de atuação dos entrevistados

Área de atuação	F	F%
Administração de finanças	99	23,6%
Administração geral e/ou campos conexos (Administração de consórcio, de Comércio Exterior, Cooperativas, Hospitalar, Condomínios, Imóveis, Processamento de dados, Rural, Hoteleira, *Factoring* , Turismo)	51	12,2%
Professor	36	8,6%
Administração de materiais	23	5,5%
Administração e seleção de pessoal (RH)	20	4,8%
Administração de produção	19	4,5%
Organização e métodos e programas de trabalho	19	4,5%
Administração mercadológica	13	3,1%
Técnico administrativo	12	2,9%
Orçamento	9	2,1%
Assistente administrativo, contábil, financeiro	9	2,1%
Bancário	8	1,9%
Contador	3	0,7%
Analista de sistemas	2	0,5%
Não respostas	96	22,9%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

Tabela 8: Ramo de atuação como Administrador

Ramo de atuação	F	F%
Empresarial e empregado de empresa privada	249	59,4%
Empresa pública	74	17,7%
Não respostas	96	22,9%
Total	**419**	**100,0%**

Fonte: Questionários de pesquisa

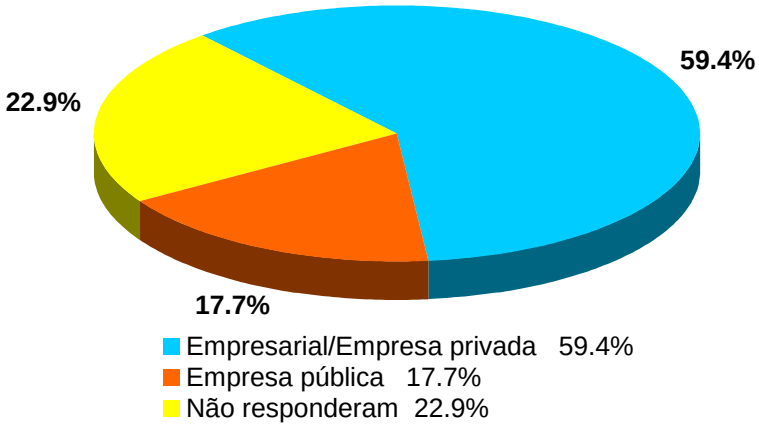

Figura 8: Ramo de atuação da administração

Além de empresas e órgãos públicos, os administradores encontram espaço também em entidades, tais como: fundações de cultura, hospitais e Organizações não-Governamentais (ONGs). Apesar de sua amplitude, o mercado de trabalho é muito exigente e sofre concorrência direta de outros profissionais, especialmente de engenheiros e advogados, além dos próprios empresários que, muito comumente, acreditam prescindir dos conhecimentos da administração (ANGERAMI, 2007).

A pesquisa buscou identificar a contribuição da disciplina Contabilidade Introdutória para a profissão de administrador, em especial no setor privado. Assim, não foi objetivo da pesquisa identificar o porte das empresas onde atuam os administradores amostrados, mas somente seu ramo de atuação, na busca pela identificação de dificuldades relativas ao aprendizado e o exercício da profissão.

Conforme demonstrado, por meio dos dados coletados no presente estudo, o perfil dos Administradores inscritos no Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo pode ser sintetizado, conforme mostra o quadro 2 :

Perfil dos administradores do Espírito Santo	**F%**
São naturais do Estado do Espírito Santo	71,8
São do sexo masculino	60,4
Encontram-se na faixa etária entre 18 e 30 anos	43,4
São casados	50,6
São graduados em Administração em IES do Espírito Santo	69,7
Se graduaram em IES da Grande Vitória	50,3
São graduados em IES privadas	64,2
Graduaram-se depois do ano 2000	57,5
São pós-graduados *lato sensu*	51,3
Atuam na Administração de Finanças	23,6
Exercem cargos de gerência	36,0
Atuam no ramo empresarial ou são empregados de empresas privadas	59,4
Atuam como Administradores entre 1 e 3 anos.	46,6

Fonte: Questionários de pesquisa

Quadro 2: Síntese do perfil dos administradores atuantes no Espírito Santo

5.1.2 Relação entre o ensino da contabilidade introdutória e a profissão de administrador (Bloco II do questionário)

Objetivando identificar se o conteúdo de contabilidade ministrado nas Instituições de Educação Superior é compatível com as exigências do mercado de trabalho, foram apresentadas sete afirmativas referentes ao tema estudado, em que os respondentes dispuseram de uma escala *Likert* (de 1 a 5, em que 1 representa total discordância e 5 total concordância) para manifestar-se.

Certo (2003, p. 57) afirma que “o estudo das atitudes e das preferências constitui um objetivo primordial para a compreensão do comportamento, pois é um importante determinante do mesmo”. Na concepção de Baker (2005, p. 156), “atitudes são um estado mental de prontidão aprendido, uma maneira pela qual indivíduos constroem seus próprios mundos de modo que, quando confrontados com um estímulo, agem de uma certa maneira”. Assim, o conhecimento sobre as atitudes é determinante para a compreensão do comportamento, razão pela qual alguns métodos e técnicas para medição de atitudes e avaliação da percepção têm sido utilizados em pesquisas, com o propósito de verificar a percepção das pessoas de algo, o que vem a se refletir no seu comportamento (BRANDALIZE, 2005). Dentre os vários processos científicos desenvolvidos para medição de percepções, destaca-se a Escala de *Likert*, em que o respondente constrói níveis de concordância e discordância, entre outros, que manifestem suas experiências pessoais e influências sociais. Essa escala, elaborada por Rensis Likert, em 1932, também chamada de escalas Somadas, requer que os respondentes indiquem seu grau de concordância ou discordância com afirmativas ou negativas alusivas à atitude que está sendo medida (BAKER, 2005).

A tabela 9 apresenta os níveis de concordância e discordância dos respondentes em relação ao aprendizado da contabilidade introdutória e sua aplicação no exercício da profissão de administrador.

Tabela 9: Níveis de concordância e discordância com aspectos relacionados ao ensino da contabilidade no curso de administração

Nº	AFIRMATIVAS	ESCALA										SOMA	
		1		2		3		4		5			
		F	F%	F	F%	F	F%	F	F%	F	F%	F	F%
1	O conteúdo de Contabilidade trabalhado ao longo do curso de administração foi fundamental para o exercício profissional do administrador.	11	3,2	37	10,6	49	14,1	131	**37,6**	120	**34,5**	348	100
2	Como administrador utilizo frequentemente os conhecimentos em contabilidade para o exercício profissional.	16	4,6	42	12,1	52	14,9	151	**43,4**	87	**25,0**	348	100
3	Considero a disciplina Contabilidade Introdutória como a principal disciplina de conteúdo contábil no curso de administração.	15	4,3	64	18,4	73	21,0	140	**40,2**	56	**16,1**	348	100
4	Considero a disciplina Contabilidade de Custos como a disciplina contábil de maior importância no curso de administração.	11	3,2	21	6,0	19	5,5	149	**42,8**	148	**42,5**	348	100
5	A disciplina de Contabilidade introdutória é tão relevante para o conhecimento contábil durante o curso de administração quanto para o futuro profissional em sua atividade.	13	3,7	36	10,3	51	14,7	159	**45,7**	89	**25,6**	348	100
6	O nível do aprendizado de Contabilida-de Introdutória no curso de Administração é compatível com as exigências do mercado de trabalho.	34	9,8	103	29,6	79	22,7	113	**32,5**	19	5,5	348	100
7	O mal aproveitamento do ensino de Contabilidade Introdutória na Faculdade reflete negativamente no futuro do administrador perante o mercado de trabalho.	17	4,9	33	9,5	60	17,2	119	**34,2**	119	**34,2**	348	100

Fonte: Questionários de pesquisa

Da análise das freqüências (348 respostas efetivas, não tendo sido consideradas as 71 não respostas), foi possível constatar que:

1º) Contabilidade de custos é uma disciplina observada como sendo de grande relevância para o futuro profissional do Administrador;

2º) O ensino de contabilidade no curso de administração é fundamental para o exercício da profissão;

3º) A disciplina Contabilidade Introdutória é significativamente relevante, tanto na formação, quanto na vida profissional do administrador de empresas;

4º) O aprendizado insuficiente da Contabilidade Introdutória poderá vir a se refletir negativamente no futuro do Administrador perante o mercado de trabalho.

Embora não tenha obtido percentual tão significativo quanto as afirmativas anteriores, ainda pode ser tida como considerável a concordância dos questionados no sentido de que a disciplina contabilidade introdutória é uma das principais de conteúdo contábil durante a formação do administrador.

Quando a afirmativa é no sentido de que o nível de ensino de contabilidade introdutória nas Instituições de Educação Superior é compatível com as exigências do mercado de trabalho, constata-se razoável discordância e indecisão por parte dos respondentes.

Fica bastante evidenciado que o ensino da Contabilidade Introdutória tem o seu grau de importância para o estudante do curso de Administração, considerando os elevados percentuais de concordância com as afirmativas por parte dos questionados.

Nesse sentido, cabe a observação de Araújo; Assaf (2004), de que o ensino da contabilidade é de grande relevância, tanto para o estudante de contabilidade,

como para aquele do curso de administração. O estudante, não dominando as técnicas de contabilidade, terá dificuldades em outras disciplinas que exigem conhecimento dos relatórios contábeis, tais como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, parte das disciplinas Administração da Produção, Administração Financeira e Análise de Custos. Para os dois autores, o ensino da contabilidade para os iniciantes no curso de administração tem se constituído em um forte desafio para os docentes da área, considerando que o correto aprendizado dessas disciplinas, no início do curso, é fundamental para o seu final.

Padoveze (2005, p. 48) defende conhecimento de contabilidade pelo Administrador, alegando que, sendo as funções de finanças decorrentes das decisões fundamentais dos Administradores (que no seu dia-a-dia as desempenham com o objetivo de criação de valor para a empresa e os acionistas), as decisões de investimento, de financiamento e dividendos somente são possíveis de se desenvolverem, desde que respaldadas pelos relatórios contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício), funções que, para ele, não seriam possíveis de execução por parte do Administrador caso não soubesse ler os demonstrativos financeiros, ensinamentos esses ministrados através da disciplina Contabilidade Introdutória.

Salazar; Benedicto (2004) também são defensores do aprendizado de contabilidade pelo Administrador, uma vez que os interessados nas informações contidas nos Demonstrativos Financeiros de uma empresa não são somente os Contadores, a quem, na maioria das vezes, cabe apenas a função de execução. Dentre os principais usuários desse importante relatório em uma empresa, encontram-se todos aqueles com poder de decisão, entre eles o Administrador.

Na concepção de Iudicibus; Marion (2004), a observação da trajetória de ex-alunos serve como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de deci-

sões sobre a trajetória do curso em relação aos novos egressos. Os autores vêem a necessidade de se criar mecanismos de avaliação que envolva docentes, alunos e funcionários das IES, analisando o aluno desde o momento que ingressa e depois de formado, já atuando no mercado de trabalho, pois não preparar o aluno para o exercício das atividades profissionais é um erro cometido com certa freqüência.

O elevado grau de importância da Contabilidade Introdutória atribuído pelos entrevistados confirma os relatos de vários autores, destacando-se, entre eles, Holfer; Peleias: Weffort (2005, p. 119), os quais afirmam ser de relevante importância o estudo da Contabilidade Introdutória, base das disciplinas contábeis ao longo do curso de administração. Ademais, Andrade (2003) também é de opinião que a disciplina Contabilidade Introdutória representa a base de todo conhecimento contábil para o futuro Administrador.

5.1.3 Avaliação dos conteúdos de contabilidade ministrados no curso de administração (Bloco III do questionário)

É notável que, sob a ótica da amostra estudada, o aprendizado da contabilidade no curso de administração é fundamental no exercício da profissão. Por outro lado, como forma de confirmar ou não essa visão, o estudo procurou também identificar o grau de importância dos conteúdos de contabilidade ministrados no curso, mesmo porque existem correntes distintas a esse respeito. Marion (2001), por exemplo, entende que “ensinar o processo contábil àquele que não é contador é a mesma coisa que ensinar mecânica de carro a quem somente vai dirigir o carro”. Para o autor, o administrador necessita apenas das informações advindas dos relatórios contábeis, dispensando a forma como se chegar aos mesmos, muito embora a ele deva ser dado conhecimento do processo de débito e crédito. Chiavenatto (2000)

já é de entendimento que o bacharel em administração poderá vir a atuar em diversas áreas intimamente ligadas à contábil, tais como administração da produção, financeira, de recursos humanos, mercadológica ou geral.

Em sua Pesquisa Nacional, realizada, em 2006, entre Administradores, o Conselho Federal de Administração (CFA) também buscou identificar os níveis de satisfação dos administradores relativamente ao aprendizado no curso de graduação e a satisfação no mercado de trabalho. Dos entrevistados, pouco mais de 63% deles afirmaram que o curso correspondeu às expectativas. Entretanto, foi observado que, ao mesmo tempo em que discorreram nas reuniões de grupo da fase qualitativa, os cursos estão distantes da realidade do mercado, possuindo uma visão muito acadêmica, embora os Administradores reconhecessem que eles têm atendido às suas expectativas, seja de forma completa ou satisfatória.

Objetivando identificar os níveis de importância do aprendizado da contabilidade no curso de administração, buscou-se, junto à amostra estudada, uma avaliação dos conteúdos ministrados.

Foi solicitado aos respondentes a atribuição de nota 1 a 5 para os conteúdos de contabilidade ministrados no curso de Administração, em que nota 1 significava menor grau de importância e nota 5, maior grau de importância para a formação do Administrador. Valendo-se de uma escala ordinal comparativa, foi possível estabelecer os critérios estabelecidos pelos respondentes. Os resultados são apresentados na tabela 10, em que dos 419 respondentes, houve 320 respostas efetivas, não tendo sido consideradas as 99 não respostas:

Tabela 10: Avaliação dos conteúdos da Contabilidade ministrados no curso de Administração

Nº	CONTEÚDOS MINISTRADOS	NOTA					Σ	
		1	2	3	4	5		
		F%	F%	F%	F%	F%	F	F%
1	Objetivos da Contabilidade	2,5%	10,3%	26,6%	**33,4%**	27,2%	320	100,0%
2	Estrutura e Evolução da Contabilidade	8,8%	22,2%	**33,1%**	23,1%	12,8%	320	100,0%
3	Os Postulados, Princípios e Convenções Contábeis	5,6%	14,7%	**31,9%**	29,4%	18,4%	320	100,0%
4	Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e sua Avaliação	1,3%	1,3%	6,9%	23,4%	**67,2%**	320	100,0%
5	Receita, Despesa e Resultado	1,3%	0,6%	4,7%	18,8%	**74,7%**	320	100,0%
6	A Estática e a Dinâmica Patrimonial	2,5%	6,9%	21,3%	**38,4%**	**30,9%**	320	100,0%
7	Procedimentos Contábeis	2,2%	5,6%	25,9%	**33,4%**	**32,8%**	320	100,0%
8	Fatos Contábeis	3,4%	8,1%	27,8%	**34,4%**	26,3%	320	100,0%
9	Balancete de Verificação	2,8%	3,4%	13,8%	27,5%	**52,5%**	320	100,0%
10	Encerramento do Exercício	3,8%	2,2%	12,5%	28,8%	**52,8%**	320	100,0%
11	Demonstração de Resultado do Exercício	1,6%	1,6%	6,3%	22,2%	**68,4%**	320	100,0%
12	Balanço Patrimonial	1,6%	1,3%	7,2%	23,1%	**66,9%**	320	100,0%
13	Operações com Mercadorias	2,5%	3,4%	19,1%	33,1%	**41,9%**	320	100,0%
14	Análise das Demonstrações Contábeis ou Financeiras	2,5%	1,3%	5,9%	18,1%	**72,2%**	320	100,0%
15	A Contabilidade no Processo de Gestão	1,3%	1,9%	7,5%	23,4%	65,9%	320	100,0%

Fonte: Questionários de pesquisa

A seqüência seguinte coloca os conteúdos em uma ordem, obedecendo ao grau de importância atribuído pelos entrevistados para cada um deles:

1º) Receita, despesa e resultado;

2º) Análise das demonstrações contábeis ou financeiras;

3º) Demonstração de resultado do exercício;

4º) A contabilidade no processo de gestão;

5º) Balanço patrimonial;

6º) Ativo, passivo, patrimônio líquido e sua avaliação;

7º) Encerramento do exercício;

8º) Balancete de verificação;

9º) Operações com mercadorias;

10º) Procedimentos contábeis;

11º) A estática e a dinâmica patrimonial;

12º) Objetivos da contabilidade;

13º) Fatos contábeis;

14º) Os postulados, princípios e convenções contábeis;

15º) Estrutura e evolução da contabilidade.

Cumpre destacar que os itens 4 e 12, espelhados na tabela 10, podem ser tratados como semelhantes, vindo a confirmação desta por meio da observação dos índices percentuais de respondentes que atribuíram nota 5. Enquanto que para o item 4 (ativo, passivo, patrimônio líquido e sua avaliação) foram 67,2%, no item 5 foram 66,9%.

Com referência aos itens 5 (receita, despesas e resultado) e 11 (Demonstração do resultado do exercício), as altas freqüências de nota 5 corroboram a afirmação de Pereira (2001), o qual coloca o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício entre as principais peças contábeis passíveis de análise.

Resta, então, a contabilidade no processo de gestão com 65,9% como um assunto a ser tratado com maior ênfase, estando o mesmo diretamente ligado aos dois anteriormente comentados, uma vez que o processo de gestão se dá a partir da análise e compreensão desses dois relatórios, corroborando com Silva (2001, p.24), que comenta a necessidade da população estar sempre a par da situação das em-

presas, pois a inocência e a boa-fé dos cidadãos são comprometidas pela má fé das empresas que levam em seus demonstrativos financeiros entendimento de uma situação boa, mas contrária à realidade, reforçando que as empresas deveriam divulgar cada vez mais seus demonstrativos, situação que exigiria maior conhecimento sobre a introdução dos conceitos da contabilidade.

Apesar de alguns conteúdos terem sido avaliados com conceitos menores, é possível constatar que são atribuídos conceitos significativamente mais positivos que negativos a todos os conteúdos, deixando claro que o aprendizado de contabilidade pelo administrador é interpretado com elevado grau de importância no exercício da profissão. A afirmativa de Silva (2003, p. 9) vem ao encontro dos resultados obtidos, quando este aponta que a importância do conhecimento da contabilidade na vida do administrador está relacionada ao fato de que este, no exercício da sua profissão, assim como o contabilista, também deve assinar demonstrações contábeis e demais informações complementares. Assim, aquele que assina algum documento em uma empresa, assume total responsabilidade pelo mesmo.

Nenhum dos respondentes valeu-se do campo destinado a comentários, existente nos questionários.

5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com representante de uma empresa de gestão de recursos humanos de um hospital, um gestor de recursos humanos de uma empresa voltada ao petróleo, uma empresária da área de Recursos Humanos e com o gestor de Recursos Humanos de uma indústria alimentícia.

Com referência ao perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho, os entrevistados são praticamente unânimes em afirmar que entre as características mais desejáveis ao candidato está a dinamicidade, a multifuncionalidade, isto é, que saiba trabalhar em grupo, demonstre ser empreendedor e se comprometa com a empresa. O perfil buscado pelo gestor de recursos humanos da empresa voltada ao ramo de petróleo é o único que diferencia um pouco dos demais entrevistados, ao afirmar que, geralmente, busca o profissional globalizado, ou seja, que domine ao menos dois idiomas, informática e esteja disponível para viver em qualquer lugar de interesse da organização para a qual pretende trabalhar.

Dentre as principais habilidades e competências tidas como necessárias para a inserção do profissional no mercado de trabalho, os entrevistados confirmam o perfil exigido desses profissionais, além de reafirmar a necessidade de conhecimento de informática e domínio de pelo menos uma língua estrangeira. Na visão dos entrevistados, a real habilidade de um candidato está intimamente relacionada com o nível de interesse demonstrado pelo trabalho que pretende conquistar, buscar conhecer profundamente a empresa onde pretende trabalhar, deixando patente sua identificação com a mesma de forma flexível.

Há entendimento, por parte dos entrevistados, que o futuro profissional deva procurar freqüentar o máximo de estágios possíveis durante sua formação, não se restringindo apenas àqueles indicados pelas IES, durante o curso. Essa prática será contributiva para a evolução do futuro profissional, mesmo porque exercerá influência também quando se tratar de uma disputa de currículos.

O mercado de trabalho para os Administradores é observado como sendo bastante abrangente e vem abrindo vários leques de oportunidades aos profissionais da área, embora a concorrência esteja cada vez mais acirrada e o mercado venha

se tornando mais exigente. Há que se considerar vários aspectos em relação ao curso realizado pelo candidato, sem que se leve em consideração a instituição onde concluiu seu curso. Deve-se ponderar como foi a Monografia de conclusão de curso do profissional, seu histórico escolar (algumas empresas atualmente buscam esse conhecimento), estágios realizados, entre outros fatores. Os entrevistados não deixam de reafirmar a necessidade do conhecimento multifuncional do candidato.

Os entrevistados referem-se também ao fato de que as IES ainda não inseriram nos respectivos currículos, assuntos que envolvam o raciocínio crítico dos acadêmicos. Além disso, os entrevistados chamaram a atenção para a importância de todos os assuntos ministrados, tais como a Contabilidade, Gestão, etc., bem como da necessidade de inserção de uma disciplina correlata à Filosofia, que possa ser contributiva para o desenvolvimento do futuro profissional nas questões econômicas e sociais do dia-a-dia.

Como requisitos para o recém formado em Administração para se inserir no mercado de trabalho, os entrevistados insistem na afirmação de que o profissional deve buscar se destacar durante sua formação, buscando cursos complementares e estágios extracurriculares, como forma de decidir em que área da Administração pretenderá atuar quando inserido no mercado de trabalho. Há entendimento no sentido de que o acadêmico que procura interagir prematuramente com o mercado de trabalho, indubitavelmente, terá mais sucesso profissional, considerando que estará desenvolvendo, desde cedo, um posicionamento crítico mais real do mercado.

A IES onde o candidato se formou não deveria interferir no processo de escolha de candidatos. Entretanto, não é o que ocorre com respeito aos entrevistados. Enquanto parte deles relacionam a IES com a qualificação do profissional em busca de trabalho, os demais entendem que o maior responsável por uma boa formação é

o aluno, embora sejam citados casos de IES que oferecem maiores possibilidades de acesso a recursos tecnológicos aos seus alunos, comparativamente a outras.

Na opinião da maioria dos entrevistados, o recém-formado, desde que não tenha sido extremamente interessado durante sua formação e freqüentado cursos extracurriculares, estágios e procurado interação com a profissão durante seu período de formação, não estará devidamente apto ao ingresso no mercado de trabalho. O Conselho Regional de Administração (CRA) também é invocado por um dos entrevistados, no sentido de que interceda na oferta de bons estágios e cursos subvencionados aos futuros profissionais e filiados, considerando que, em muitos casos, os interessados, com possibilidade de virem a se transformar em ótimos profissionais, mesmo desejando, não conseguem freqüentar os estágios que pretendiam, em virtude dos custos elevados.

Dentre as habilidades e competências buscadas nos profissionais de Administração, os entrevistados citam a criatividade, estar em constante aperfeiçoamento, relação interpessoal, visão sistêmica e habilidade verbal e negocial. Segundo sua visão, o alcance dessas habilidades somente será possível através dos estágios, cursos e trabalho voluntário, na busca constante pelas deficiências e sua correção, valendo-se de intercâmbios culturais, revistas especializadas, jornais e da Internet, uma grande ferramenta de apoio na atualidade.

6 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

O presente estudo foi focado na percepção dos profissionais de Administração atuantes no Estado do Espírito Santo sobre o aprendizado da disciplina de Contabilidade Introdutória nas Instituições de Educação Superior (IES) e sua aplicabilidade no mercado de trabalho, tendo atingido seu objetivo ao analisar a percepção de pouco mais de quatrocentos profissionais filiados ao Conselho Regional de Administração do Estado.

A importância do ensino da disciplina de Contabilidade Introdutória nos cursos de Administração ministrados pelas IES, tanto do Espírito Santo, como nos demais Estados de origem de considerável parcela dos profissionais amostrados ficou amplamente confirmada, uma vez que entre cada dez entrevistados, sete consideram a disciplina como sendo a mais importante do conteúdo contábil ministrado na formação. Essa constatação confirma o resultado do estudo elaborado por Godoy *et al*, realizado em 2004, que destacou a Contabilidade Introdutória como pré-requisito essencial no curso de Administração.

O fato de a grande maioria dos entrevistados concordar que a disciplina Contabilidade Introdutória é relevante para o exercício profissional do administrador vem ao encontro, bem como fortalece a conclusão a que chegaram Moreira; Silva (2001), em pesquisa realizada entre estudantes de uma IES na grande São Paulo, situação em que os alunos estudados reconheciam e valorizavam o conhecimento adquirido no ensino escolar, desde que pudesse ser transposto para a realidade das empresas. Essa mesma idéia é transmitida no presente estudo pelos gestores de recursos humanos entrevistados, quando praticamente, em unanimidade, afirmam que o futu-

ro profissional precisa, antes de tudo, manter-se inteirado das exigências do mercado de trabalho, freqüentando cursos e estágios extracurriculares.

Não será esta a primeira constatação de que o profissional de Administração sinta-se despreparado para o enfrentamento do mercado de trabalho ao concluir seu curso, considerando que Andrade *et al* (2004), em trabalho divulgado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), concluiu que os cursos de Administração não estavam preparando convenientemente o Administrador para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, tendo destacado a desatualização das disciplinas nas IES?

Cabe aqui o comentário de Andrade (2004, p. 4), quando afirma que:

> Existem assuntos ou matérias contábeis que estão acima do que é ensinado na disciplina Contabilidade introdutória. Entretanto, o conhecimento é insatisfatório, sem que haja uma boa base no ensinamento de Disciplina Introdutória, mesmo porque as disciplinas introdutórias desempenham papel fundamental na formação dos profissionais.

A Pesquisa Nacional do CFA concluiu que os professores opinaram sobre novos conteúdos que poderão vir a ser adotados pelas IES em seus cursos, com o objetivo de melhor adequá-los às necessidades de seus alunos diante dos desafios do mercado. A análise crítica observada durante a fase qualitativa do trabalho, que registrou a impressão de Administradores, Professores e Empregadores de que os recém-formados saem dos cursos preparados para atuar em grandes empresas, foi confirmada na fase quantitativa com as sugestões mais assinaladas, priorizando o envolvimento do Administrador com as organizações de menor porte (CFA, 2006).

É evidente que, atualmente, as profissões para as quais as IES formam seus alunos nem sempre correspondem às ocupações por eles assumidas no mercado de trabalho, de modo que a titulação tem sido vista por alguns como mais importante do que a graduação em qualquer área. O que parece ser preponderante para o desen-

volvimento das carreiras profissionais são as oportunidades que o mercado de trabalho oferece, já que a vida profissional é construída passo a passo.

O lugar ocupado pelos profissionais formados no mercado de trabalho tem sido determinado por meio de uma inter-relação entre a formação, as exigências e necessidades do mercado e as próprias expectativas e desejos, sendo as trajetórias ocupacionais construídas no decorrer dos percursos individuais.

Diante disso, é importante que as IES introduzam em seus currículos ajustes constantes, de forma a propiciar aos profissionais formados por ela, conhecimentos, habilidades e atitudes para exercerem as funções com aptidão. A observação da percepção dos ex-alunos serve como fonte de informações gerenciais, permitindo a tomada de decisões sobre a trajetória dos cursos em relação aos novos egressos. Possivelmente, seja necessária a criação de um mecanismo de avaliação que envolva todas as IES, analisando o aluno no momento em que ingressa e depois de formado, já atuando no mercado de trabalho.

No tocante à disciplina Contabilidade Introdutória, ensinada nos cursos de graduação em administração, sugere-se às IES maior ênfase nos relatórios contábeis e na sua compreensão, com cerca de 80% da carga horária da disciplina, sendo que do restante aplicar-se-á o mecanismo do débito e crédito e conhecimento gerencial. Com isso, reforça-se a máxima de não ensinar contabilidade ao administrador conforme se ensina ao contador, isto é, com a mesma proporção direcionada ao débito e crédito, pois está mais que comprovado que ao não-contador não se deve implementar tal didática, devido à finalidade a que se destinam os relatórios contábeis. O contador prepara os relatórios e o administrador deve entendê-los, a fim de tomar decisões gerenciais.

Isso deve reforçar a possibilidade dos cursos de graduação em administração do Espírito Santo destacarem, em suas ementas, no tocante ao ensino da contabilidade introdutória, uma seqüência que se inicia, segundo as análises deste estudo, com:

1º) destacar a importância da contabilidade na prática profissional do administrador e contabilidade no processo de gestão das empresas;

2º) a estática patrimonial tendo enfoque no balanço patrimonial é ativo, passivo e fontes do patrimônio líquido;

3º) como se trata acima da estática patrimonial, deve-se, em seguida, dar ao estudante uma noção sobre a natureza das contas e função das contas;

4º) após enfatizado as contas, o estudante pode observar que essas se dividem em duas: contas patrimoniais (que são dispostas no balanço patrimonial) e contas de resultado (dispostas na demonstração do resultado do exercício). Com isso o próximo assunto deverá ser a DRE demonstrando as variações do patrimônio líquido e a integração entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício,

5º) na seqüência deveriam ser ministrados ao estudante alguns conceitos sobre a análise das demonstrações contábeis, fazendo menção ao balanço patrimonial e à demonstração do resultado do exercício como sendo os principais relatórios passiveis para análises. Nesse caso, indicar algumas análises, tais como a de liquidez, de estrutura e da atividade;

6º) mostrar outros demonstrativos como DOAR, DMPL, DLPA. Abordar também sobre os princípios aos quais a contabilidade deve se embasar

quando da elaboração dos demonstrativos contábeis e finalmente ministrar apenas noções do debito e crédito;

7º) o estudante deveria receber noções de normas internacionais quando se tratar de transações entre empresas multinacionais, em observância com os Princípios Contábeis Americanos (USGAAP) e Normas Contábeis Internacionais (IFRS).

Essa sugestão encontra respaldo na Resolução CNE/CES nº. 4, de 13 de julho de 2005, em seu artigo 5º, destacando que os cursos de graduação em Administração deverão contemplar em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, através da utilização de tecnologias inovadoras que atendam aos diversos campos de sua formação, tais como aqueles relacionados a estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, além de outros.

É possível inferir que a falta de ajustes nos currículos dos cursos de graduação em Administração de Empresa, em relação ao mercado de trabalho, leva o futuro profissional a interpretações infundadas. É necessário que se invista em possíveis parcerias entre as Instituições de Educação superior (IES) e o setor empresarial para que o graduando tome conhecimento de modo mais preciso acerca do mercado de trabalho, passando, com isso, a ter uma posição bem mais próxima da realidade.

Os estudos nesse sentido devem ser continuados, envolvendo as IES, gestores de Recursos Humanos das principais empresas geradoras de empregos no Espírito Santo e estudantes, objetivando detectar as reais dificuldades relacionadas com o ensino da disciplina de Contabilidade Introdutória e sua aplicabilidade efetiva no

mercado de trabalho, pois somente assim é de se esperar que cada vez mais os profissionais recebam conhecimento adequado e compatível com o mercado, gerando, em conseqüência, mais oportunidades e qualificação para os profissionais de Administração. Por outro lado, o Conselho Regional de Administração (CRA) é o órgão que reúne condições reais de envolver-se no sistema, promovendo cursos e estágios destinados à inserção dos futuros profissionais no globalizado mercado de trabalho.

No Relatório da Pesquisa Nacional, realizada, em 2005, pelo CFA, dentre as várias considerações apresentadas pelos entrevistados, uma delas faz alusão à implementação do exame de proficiência do Administrador, como requisito básico para ingresso no mercado de trabalho.

7 REFERÊNCIAS

ALCAZAR, J. M. C. A Bandeira da Fé Pública. **Sala do empresário**. a. XVII, n. 312, mar. 1998. Disponível em: < http://www.empresario.com.br/memoria/ entrevista. php3?pic_me=62> Acesso em 13 abr. 2006.

ANDRADE, C. S. **O Ensino da contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil.** 2002. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ANDRADE, R.O.B.; RAMBONI, A. **Projeto pedagógico para cursos de Administração**. São Paulo: Makrom Books, 2001.

ANDRADE, R. O B. et al*.* **Pesquisa nacional sobre o perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do Administrador**. Brasília: Conselho Federal de Administração (CFA), 2004.

ANGERAMI, S. 2007. Ser Administrador de Empresas exige um profissional com flexibilidade. Disponível em: <http://www.universia.com.br/>. Acesso em: 14 jan. 2007.

ARANTES, N. **Sistemas de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAUJO, A. M. P.; ASSAF, A. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAUJO, M. A. D.; LACERDA, L. O. Formação acadêmica do Administrador: Um Estudo nas Instituições de Educação superior da Cidade de Natal. **Revista da Administração**. 33. ed., v. 9, n. 3, mai. – jun. 2003.

ATHAR, R. A. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Pearson, 2005.

BAKER, P. de. **Gestão ambiental**: A administração verde. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BARROS, D. M. **Histórico do ensino superior brasileiro**. 1999. Monografia (Curso de Metodologia do Ensino Superior) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 1999.

BIDO, D. S. **O Ensino da Administração de produção e operações na cidade de São Paulo:** um estudo comparado de programas e livros didáticos utilizados nos cursos de graduação em Administração de empresas. 1999. 220 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, 1999.

BRANDALIZE, L. T. Modelos de medição de percepção e comportamento: Uma revisão. ***In***: Laboratório de Gestão, Tecnologia e Informação – UFSC, Florianópolis, 2005.

BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1976.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficientes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº. 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____, Decreto Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1946

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 146/2002**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/13802EdFisica.pdf>. Acesso em 21 mai. 2006.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº. 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br >. Acesso em 21 maio 2006.

CASTRO, C. M. **A Prática da pesquisa**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1978.

_____. **O ensino da Administração e seus dilemas: notas para debates. Revista de Administração de empresas.** Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, jul. - set. 1981.

CATANI, A. N.; OLIVEIRA, J. F. **Educação superior no Brasil**: reestruturação e metamorfose da universidade pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CERTO, S. **Administração moderna.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COLOSSI, N., CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. G. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: Uma tendência ao ensino colaborativo. **Ver. FAE**, Curitiba, v. 4, n. 1, jan. – abr. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA (Brasil). **Pesquisa Nacional:** Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador. 4. ed. CFA: Brasília, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (Brasil). Resolução CFC nº. 560, de 28 de outubro de 1983. **Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº. 9.295, de 27 de maio de 1946**. Disponível em: <http:

//www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/resolucaocfc560.htm>. Acesso em: 12 abr. 2006.

_____. Resolução CFC nº. 803, de 10 de outubro de 1996, com as alterações da Resolução CFC nº. 942/2002. **Aprova o Código de Ética do Contabilista (CEPC)**. Disponível em: <http:// www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=codetica>. Acesso em 12 abr. 2006.

COPELANDE T.; KOLLER T.; MERRIM J. **Avaliação de empresas v*aluation***: Calculando o Valor das Empresas. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

COVRE, M. L. M. **A formação e a ideologia do Administrador de empresa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CRUZ, C. H. B. A expansão do ensino superior no Brasil. **Universidades,** 2003. Disponível em: < http://www.comciencia.br/reportagens/universidades/uni13.tml#1>. Acesso em: 12 jul. 2006.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DIMENSTEIN, G. 2003. **180 mil jovens não conseguiram ocupar 872 empregos**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/gilberto/gd 70703. htm>. Acesso em: 28 mai. 2006.

DRUCKER, P.F. **Uma era de descontinuidade**. Rio de janeiro: Zahar, 1974.

DURHAN, E. R. 2003. **Processo histórico.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br /cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/educa/phistor/apresent.htm>. Acesso em 17 jul. 2006.

EISEN, Peter J. ***Accounting***. *Understanding the accounting equation. Learning to read financial statement. Recording transaction. Adjusting and closing entries, and much more. United Stats Of America:Barrons's 2000.*

ERICKSON, F. **Métodos qualitativos de investigação.** Campinas: Mercado das Letras, 2001.

ESPÍRITO SANTO, A. do. **Delineamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 1992.

ETZIONI, A**. Organizações modernas.** São Paulo: Pioneira, 1967.

FÁVERO, M. L. A., **A Universidade brasileira em busca de sua identidade**. Ed. Vozes Ltda: Petrópolis, 1977.

FERREIRA, M. 1999. **Ensino à distância pela Internet**. 1999. Disponível em: <http://www.geocities/WallStreet/7939>. Acesso em: 15 jul. 2006.

FONSECA, A. Era da medição de atitudes (1920-1930). **Psicologia social**. Disponível em: <http://www.hoops.pt/psicologia/psico2.htm>. Acesso em 23 out. 2006.

FOSTER, S. BOLT-LEE, C. *Accounting professionals need strong.* ***In:*** *The CPA Journal,* jan. 2002, 72, 1 ABI/INFORM Global. p. 68.

FRANCO, H. **Hilário Franco**: 50 anos de contabilidade. São Paulo: Atlas, 1993.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres e mercado formal de trabalho**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmft.html>. Acesso em: 6 fev. 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S.; SILVA, H. A.; NAKAMURA, W. T. Análise dos programas de ensino da área de custos dos cursos de graduação em Administração de empresas. **Revista da Administração (READ).** São Paulo. 40 ed., v. 10, n. 4. jul. –ago. 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade** [Trad. de: Antônio Zorato Sanvicente]. São Paulo: Atlas, 1999.

HOFFER, E.; PELEIAS, I. R.; WEFFORT, E. F. Análise das condições de oferta da disciplina Contabilidade introdutória: Pesquisa junto às Universidades Estaduais do Paraná. **Revista Contabilidade e Finanças (USP)**. São Paulo, a. 3, n. 39, set. – dez. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior**. 2004. Disponível em: <http:// www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>. Acesso em: 21 mai. 2006.

IUDICIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDICIBUS S.; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KHANDWALLA, P. N. ***The design of organizations***. New York: Hancourt Brace Jovanovich, Inc., 1977, p. 170.

KOTLER, P.; FOX, K. F.A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

KRAEMER, M. E. P. Reflexões sobre o Ensino da Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, a. 34, nº. 153, mai. – jun. 2005. p. 65.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação na gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo. a. 16, v. 1, n. 37. jan. – abr. 2005.

LUCKESI, C. C. *et al*. **Fazer universidade**: Uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.

MAGATSUKA, D. A. S.; TELES, E. L. **Manual de contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **O Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, C. Brasil tem 122.295 estudantes de pós-graduação, aponta Capes. **Folha *on line***. 20 abr. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ educação/>. Acesso em: 16 jan. 2007.

MARTINEZ, J. W. O Ensino da Contabilidade e a Formação do Economista. **Instituto de economia (artigos)**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo43.htm>. Acesso em: 21 jan 2006.

MARTINS, C. B. Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil 1952 – 1983. **Ciência e Cultura**. São Paulo: v. 41, n. 7, jul. 1989, p. 663-676.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 1994.

MENEZES, P. E., **Universidade**: ação e reflexão. Fortaleza: UFC, 1983

MONTEIRO, A. V.; COSENTINO, A.; MERLIN, L. Tendências pedagógicas e ensino à distância: conjeturas em direção a uma universidade colaborativa. **A gestão acadêmica em debate**. Florianópolis, 2000. p. 151-183.

MOREIRA, D. A.; SILVA, C. E. M. Dificuldades percebidas na disciplina de Administração da produção por alunos da 3ª série de um curso de Administração de empresas: Uma abordagem exploratória. **Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAPE)**, v. 2, n. 1, jan.–fev.–mar. 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art21/mariano.htm>. Acesso em 24 mai. 2006.

MOROSINI, M. C.; FRANCO, M. E. D. P. 2006. **Políticas de educação superior no Brasil:** Fases, expansão, e desafios de cooperação no âmbito nacional e internacional. Disponível em: <http://www.sbec.org.br/evt2003/trab8.doc>. Acesso em 13 jul. 2006.

NOSSA, V. **Ensino da contabilidade no Brasil**: uma análise crítica da formação do corpo docente. 158 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

PADOVEZE, C. L. **Introdução à Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2005.

PALDÊS, R. Á. **O uso da internet no ensino superior**: estudo de caso da Universidade de Brasília. 1998. Projeto de Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 1998.

PASSOS, I. C. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil**: Um estudo no Município de São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado Departamento de Contabilidade e Atuária) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2004.

PIRES, V. Ensino superior e neoliberalismono Brasil: um difícil combate. **Ed. Soc.** Campinas, v. 25, n. 86, abr. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo. php ?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000100015>. Acesso em 12 jul. 2006.

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil**: Condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf>. Acesso em: 5 jan. 2007.

PRIORI, Â. Universidade pública e competente. **Revista Espaço Acadêmico**, a. 2, n. 12, mai. 2002. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 19 mai. 2006.

PRESTHUS, R. **The organization society**. New York: Vintage Books, 1965.

RIBEIRO, J. C. M. 2003. **A criatividade e a educação**. Disponível em: <http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/educacao/texto18.html>. Acesso em 18 jul. 2006.

RICARDINO FILHO, A. A. **Auditoria:** Ensino Acadêmico x Treinamento Profissional. Tese de Doutorado. 202 f. (Departamento de Contabilidade e Atuaria) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2002.

ROMANOWSKY, L. R.; BEUREN, I. M. Um estudo dos procedimentos metodológicos de ensino utilizados nos cursos de ciências contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, a. 21, n. 137, p. 83 e 97. 2002.

ROSS, A. S. et al. **Administração financeira**: *Corporate finance.* São Paulo: Atlas, 2003.

SALAZAR, J. N. A.; BENEDICTO, G. C. **Contabilidade fFinanceira**. São Paulo: Thomson, 2004.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, C. M. dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *In:* Educ. Soc. Campinas, v. 24, n. 83, ago. 2003.

SANTOS, L. A. **A História da contabilidade**. Disponível em: <http:// www.usuarios.cultura.com.br>. Acesso em: 22 jul. 2003.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHWARTZMAN, S. 1988. **O Ensino superior no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. 31 p.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, J. 2002. **O ensino superior privado como setor econômico**. Disponível em: <http://www.airbrasil.org.br/simon/sapaper.htm>. Acesso em: 6 jan. 2007.

SHIMAKURA, S. E. **Inferência estatística**. Disponível em: http://www.est.ufpr. br/~silvia/CE001/node29.html>. Acesso em: 23 jul. 2006.

SILVA, A. F. et. al. **Mudanças nas demonstrações contábeis**: Projeto nº. 3.641 e anteprojeto de reforma da lei das sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, E. M. **A formação e o perfil dos egressos dos cursos de ciências contábeis no município de Vitória**. 114 f. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa (FUCAPE), Vitória, 2004.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVEIRA, M. V. **O perfil do graduado de Administração da universidade da região da campanha do Rio Grande do Sul na fronteira com a Argentina e o Uruguai perante os desafios do Mercosul.** 142 f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) – *Centro de Estudios em Relaciones Internacionales de Rosário – CERIR. Universidad Nacional de Rosário* – Argentina, 2002.

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. **Capitalismo acadêmico.** *Baltimore*: *The Johns Hopkins University Press*, 1997.

TAKEI, Á. T.; NASCIMENTO, P. T. S.; PUTVINSKIS, R. A Avaliação de disciplinas nas instituições de educação superior do município de São Paulo. **Revista Administração on Line [On line]**. FECAP. v. 2, n. 1. jan/fev/mar 2001. Disponível em: <www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm>. Acesso em: 18 jul. 2006.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989, 186p.

TEIXEIRA, Z. A. As mulheres e o mercado de trabalho. **Universia on line**, 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/>. Acesso em: 6 fev. 2007.

THEIS, I. M.; MENEGHEL, S. M. **Universidade e desenvolvimento regional em Santa Catarina, Brasil:** Um estudo da contribuição das IES do sistema ACAFE para as suas regiões de abrangência. Disponível em: <http://www.ocyt. org.co/ esocite/ Ponencias_ESOCITEPDF/5BRS032.pdf>. Acesso em 19 mai. 2006.

THEÓPHILO, C. R. **Uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)- Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

VELOSO, N.A. **Administração em educação**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos, 1999.

VILLAS BÔAS FILHO, M. A. **O papel do currículo na formação do Administrador de empresas:** O caso do curso de Administração de empresas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

WOODS JR, T. Reformando o ensino e o aprendizado de gestão da produção e operações. **In:** SIMPOI EAG/FGV, 2., São Paulo, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO

PREZADO(A) ADMINISTRADOR(A): O presente questionário é parte integrante de uma Dissertação para a conclusão do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE) e sua participação será de fundamental importância para sua conclusão. Agradeço a colaboração.

BLOCO I – PERFIL DO ADMINISTRADOR

1) Naturalidade

(UF): .....

2) Sexo
( ) Masculino ( ) Feminino

3) Faixa etária
( ) 18 e 30 anos de idade ( ) 51 a 60 anos de idade
( ) 31 a 40 anos de idade ( ) 61 anos de idade ou mais
( ) 41 a 50 anos de idade

4) Estado Civil
( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Divorciado ( ) Viúvo

5) Instituição onde cursou graduação em Administração (com a UF) e ano de conclusão
Nome instituição:..... (UF):..... Ano conclusão: .....

6) Cursos de especialização que possui:
( ) Pós-graduação *Stricto Sensu* ( ) Pós-graduação *Lato Sensu*

7) Sua principal atividade profissional:
( ) Administrador ( ) Outros: ..... (Vá para pergunta 11)
Obs: Caso sua ocupação principal seja como Administrador responda os demais itens.

8) Atuação como Administrador
( ) Empresa pública ( ) Empresa privada ( ) Empresário

9) Área em que atua na Administração:
( ) Finanças
( ) Administração de materiais
( ) Administração mercadológica
( ) Administração de Produção
( ) Administração e Seleção de Pessoal (RH)
( ) Organização e Métodos e Programas de Trabalho
( ) Orçamento
( ) Organização e Métodos e Programas de Trabalho
( ) Administração mercadológica
( ) Administração geral e/ou campos conexos (Administração de consórcio, de Comércio Exterior Cooperativas, Hospitalar, Condomínios, Imóveis, Processamento de dados, Rural, Hoteleira, *Factoring*, Turismo.

10) Tempo na função como Administrador
( ) entre 1 e 3 anos ( ) entre 4 e 6 anos ( ) mais de 6 anos

11) Ocupa cargo de gerência?
( ) sim ( ) não

BLOCO II

Pondere sobre cada afirmativa descrita abaixo e assinale com um "X" na coluna à direita, conforme a escala a seguir:

1 – DISCORDO TOTALMENTE
2 – DISCORDO
3 – NEM DISCORDO/NEM CONCORDO
4 – CONCORDO
5 – CONCORDO TOTALMENTE

Nº	A F I R M A T I V A S	ESCALA				
		1	2	3	4	5
1	O conteúdo de contabilidade trabalhado ao longo do curso de administração foi fundamental para o exercício profissional do administrador.					
2	Como administrador utilizo freqüentemente os conhecimentos em contabilidade para o exercício profissional.					
3	Considero a contabilidade introdutória como a principal disciplina de conteúdo contábil no curso de administração.					
4	A disciplina contabilidade de custos, assim como a disciplina contábilidade, são bastante relevantes no curso de administração.					
5	A disciplina contabilidade introdutória é tão relevante para o conhecimento contábil durante o curso de administração quanto para o profissional no exercício de sua atividade.					
6	O nível do aprendizado de contabilidade introdutória no curso de administração é compatível com as exigências do mercado de trabalho.					
7	O mal aproveitamento do ensino da contabilidade introdutória na Faculdade reflete negativamente no futuro do administrador perante o mercado de trabalho.					

COMENTÁRIOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS.

(Se o espaço não for suficiente, queira utilizar verso)

BLOCO III

Abaixo estão listados os conteúdos de contabilidade ministrados no curso de Administração. Atribua, na coluna à direita, nota de 1 a 5, de acordo com sua avaliação, em relação ao grau de importância para formação do Administrador.
(nota 1=menos importante; nota 5=mais importante):

Nº	CONTEÚDOS MINISTRADOS	NOTA				
		1	2	3	4	5
1	Objetivos da Contabilidade					
2	Estrutura e Evolução da Contabilidade					
3	Os Postulados, Princípios e Convenções Contábeis					
4	Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e sua Avaliação					
5	Receita, Despesa e Resultado					
6	A Estática e a Dinâmica Patrimonial					
7	Procedimentos Contábeis					
8	Fatos Contábeis					
9	Balancete de Verificação					
10	Encerramento do Exercício					
11	Demonstração de Resultado do Exercício					
12	Balanço Patrimonial					
13	Operações com Mercadorias					
14	Análise das Demonstrações Contábeis ou Financeiras					
15	A Contabilidade no Processo de Gestão					

COMENTÁRIOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS.

(Se o espaço não for suficiente, queira utilizar verso)

APÊNDICE B – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PERGUNTAS

1) Qual o perfil de profissional exigido pelo mercado?

2) Quais as principais habilidades e competências necessárias para a inserção no mercado de trabalho?

3) Que recomendações podem ser dadas ao profissional para que ele possa se inserir no mercado de trabalho?

4) Como você percebe o mercado de trabalho para os profissionais formados em Administração de empresas?

5) Quais os principais requisitos que um recém formado em Administração deve possuir para se inserir no mercado de trabalho?

6) A instituição de educação superior onde o Administrador se formou é um diferencial competitivo na seleção e na contratação.

7) A avaliação oficial do governo (ENADE) interfere de alguma forma na seleção e na contratação?

8) Em sua opinião o recém formado está pronto para ingressar no mercado de trabalho?

9) Quais as principais deficiências?

10)Que tipo de habilidades e competências ele precisa trabalhar?

11)Onde ele busca o desenvolvimento dessas habilidades e competências?

Comentários adicionais julgados necessários:

APÊNDICE C – CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO SOLICITANDO COLABORAÇÃO NA COLETA DE DADOS

Vila Velha, ES, 21 de julho de 2006.

Prezados(as) senhores(as):

Na qualidade de concludente do curso de mestrado em Contabilidade da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, estou elaborando uma Dissertação orientada pelo Profº. Dr. Annor da Silva Júnior, com objetivo identificar a contribuição da disciplina de Contabilidade introdutória para a formação do Administrador no exercício da profissão.

Para que a Dissertação atinja os objetivos pretendidos, se faz necessário a realização de uma pesquisa de campo, cuja amostra seja constituída de 20% dos Administradores registrados nesse Conselho, que estejam entre aqueles que concluíram o Curso de Administração nos dois últimos anos em Instituições de Educação superior do Espírito Santo, sem necessidade de identificação.

Os instrumentos de pesquisa contêm variáveis exploratórias voltadas à avaliação dos profissionais do grau de relevância da Disciplina de Contabilidade introdutória no exercício da profissão do Administrador e dos conteúdos ministrados na aludida disciplina e nas demais, pertinentes ao curso de Administração.

Como é de meu conhecimento que esse conspícuo Conselho possui Bancos de Dados atualizados dos profissionais atuantes no Estado do Espírito Santo (inclusive os formados nas IES do Estado), tornando possível a realização da seleção pretendida para a conclusão do trabalho mencionado, valho-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vv. Ss. no sentido de distribuir os questionários aleatoriamente ao percentual amostral sugerido de profissionais que se encontram dentro do perfil

acima descrito, colocando-me antecipadamente à disposição para indenização de eventuais despesas oriundas do processo pleiteado.

Certo de poder contar com a prestimosa colaboração desse Conselho, valho-me da oportunidade para externar protestos de elevada estima, distinta consideração e a-preço.

Atenciosamente,

_____

Aliomar L. Mattos
Mestrando em Ciências Contábeis
aliomargstones@hotmail.com
3339-9660 8821-9660

APÊNDICE D – CORRESPONDÊNCIA ENVIADA AOS ADMINISTRADORES

Vitória, ES, 25 de setembro de 2006.

Prezado Administrador:

Sou aluno do Curso de Mestrado em Contabilidade da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE) e, estando em vias de conclusão do mesmo, encontro-me realizando uma Dissertação, cujo tema aborda a importância da disciplina de Contabilidade Introdutória na formação do futuro Administrador.

Tenho plena convicção de que o trabalho, contando com a colaboração espontânea de profissionais já atuantes será deveras enriquecido, proporcionando considerável contribuição para atuais e futuros Administradores.

Diante do exposto, solicito sua importante contribuição para a valorização do Administrador, acessando o *link* abaixo e respondendo um questionário contendo perguntas objetivas e que demandam poucos minutos.

http://www.pesquisaadm.com/

O sucesso do trabalho pretendido depende exclusivamente da sua contribuição, pela qual antecipadamente agradeço.

_____

ALIOMAR LINO MATTOS